

EDITAL

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 16-2025

MODO DE DISPUTA ABERTO

EMPRESA CUIABANA DE SAÚDE PÚBLICA

Processo Administrativo nº00.060.612/2025

1. INFORMAÇÕES GERAIS

Torna-se público, para conhecimento dos interessados, que a **EMPRESA CUIABANA DE SAÚDE PÚBLICA**, inscrito no CNPJ sob nº 21.873.611/0001-14, por meio do Departamento de Licitações e Contratos - LICON, sediada junto a Rua Orivaldo M. de Souza, 40, Bairro Ribeirão do Lipa, Cuiabá – MT realizará licitação na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, com critério de julgamento **menor preço por LOTE** nos termos da Lei nº 13.303, de 30 de junho 2016, Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, e IN 02/ECSP/2023, e as exigências estabelecidas nesse Edital.

1.1. Apresentação da proposta e da documentação de habilitação:

1.1.1. A proposta deverá ser apresentada até às **08h horas do dia 22/12/2025 (Horário de Brasília)**, no www.bllcompras.org.br (BLLCompras).

1.2. Data do certame e horário de início da sessão: dia 22/12/2025 às 10:00h (Horário de Brasília).

1.3. A partir da data e horário estabelecidos neste edital, a sessão pública será aberta pelo sistema para o envio de lances públicos e sucessivos, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, o encerramento será conforme modo de disputa previsto neste edital.

1.4. Os documentos de habilitação e proposta de preços realinhada/ajustada ao último lance, deverão ser apresentados, pelo licitante mais bem classificado, em até 2 (duas) horas após a solicitação.

1.5. Qualquer dúvida relacionada ao acesso, cadastro, envio de documentos ou demais funcionalidades da plataforma BLL Compras poderá ser esclarecida por meio do telefone (41) 3097-4600 ou pelo site <https://bllcompras.com/>.

1.6. Prazo para solicitar [esclarecimento e impugnar](#) o edital: 17/12/2025 às 00.00 (Horário de Brasília).

1.7. Manifestação de Recursos: 15 (quinze) minutos após declarado vencedor.

1.8. Manifestação de Interesse: 15 (quinze) minutos após convocação.

1.9. Dilação de prazo: a solicitação de dilação de prazo, em qualquer situação, deve ser feita dentro do prazo inicialmente concedido, caso contrário será indeferido.

1.10. Rito da seleção: Pregão

1.11. Forma da seleção: [Eletrônica](#)



1.12. Local do certame: <https://bllcompras.com/Home/Login>

1.13. Critério de julgamento: [Menor preço pelo lote](#)

1.14. Modo de disputa: **Aberto**

1.15. Valor estimado global de R\$ R\$ 14.171.187,7435 (quatorze milhões, cento e setenta e um mil, cento e oitenta e sete reais e setenta e quatro centavos), conforme documentos acostados ao processo.

1.16. JUSTIFICATIVAMODO DE DISPUTA

Considerando o art.34 da Lei 13.303/2016 justifica-se;

Ademais o dispositivo legal faculta à empresa estatal, mediante justificação na fase de preparação prevista no inciso I do art. 51 desta Lei, “conferir publicidade ao valor estimado do objeto da licitação”.

Portanto, atendendo aos princípios que regem a administração pública, tais como o da impessoalidade, transparência, eficiência e economicidade, entendemos ser vantajoso a divulgação dos preços estimados, evitando o excesso de formalismo e garantindo que o valor reflita um preço justo e que a licitação seja conduzida de forma a obter a proposta mais vantajosa para a Administração.

1.17. O licitante detentor da melhor oferta na etapa de lances: deverá conferir e, se necessário, readequar os valores unitários e totais na proposta de preços e no sistema BLL Compras para os itens/lotes em que participou.

1.18. Casas Decimais : **(até quatro casas decimais)**

1.19. Os critérios sessão feitos com: Os critérios da sessão serão estabelecidos com base no lance ofertado pelo valor total do lote.

1.20. **OBS:** Valor unitário dos itens na proposta realinhada final não poderá exceder o valor mediano apurado no termo de referência anexo I do edital.

1.21. Este certame será sob a contratação de empresa especializada.

1.22. Benefícios de Micro e Pequenas Empresas - MPE: Conforme Termo de Referência.

1.23. E-mail para contato licita.ecsp@cuiaba.mt.gov.br, Tel. (65) 3318-6976

2. DO OBJETO

2.1 O objeto da presente licitação é “CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA para PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS HOSPITALARES na área de ANESTESIOLOGIA, para atender as unidades hospitalares: HOSPITAL MUNICIPAL DR. LEONY PALMA DE CARVALHO - HMC e HOSPITAL MUNICIPAL SÃO BENEDITO - HMSB, GERIDOS PELA EMPRESA CUIABANA DE SAÚDE PÚBLICA – ECSP, pelo período de 12 (doze) meses, conforme quantitativos e especificações contidas no presente Termo de Referência e seus anexos”.

2.2 DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS



2.2.1 as despesas decorrentes da contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da Empresa Cuiabana de Saúde Pública, **para o exercício de 2025**, na classificação abaixo:

Órgão: 16 – Secretaria Municipal de Saúde

Gestão/Unidade: 501 – Empresa Cuiabana de Saúde Pública

Fonte: 659 – Recursos provenientes da Secretaria Municipal de Saúde de Cuiabá

Programa de Trabalho: 2432 - Ações e Serviços Médico-Hospitalares e Ambulatoriais do HMC
2433 - Ações e Serviços Médico-Hospitalares e Ambulatoriais do HMSB

Elemento de Despesa: 3.3.90.39 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica.

2.3 DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

(Art. 87, § 1º, da Lei 13.303/2016 e Art. 133, da IN 02/ECSP/2023).

2.3.1 poderão ser apresentados por qualquer pessoa pedidos de esclarecimentos, de providências ou impugnações, desde que encaminhada ao órgão ou entidade promotora da licitação até o terceiro dia útil que anteceder a abertura do certame, via sistema bll.org.br.

2.3.2 A resposta à impugnação, pedido de esclarecimentos e de providências será divulgada em sítio eletrônico oficial no prazo de até 02 (dois) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data de abertura do certame.

2.3.3 Caberá ao Pregoeiro, auxiliado pelos responsáveis pela elaboração deste Edital e seus anexos, decidir sobre a impugnação no prazo de até três dias úteis contados da data de recebimento da impugnação.

2.3.4 se ocorrer modificação no edital e seus anexos, em razão do acolhimento de impugnação ou pedido de esclarecimento, será designada nova data para a abertura da sessão, cumprindo o prazo legal entre a publicação e a sessão.

2.3.5 não se aplica o disposto no item anterior se a alteração inquestionavelmente não afetar a formulação das propostas de preços.

2.3.6 as impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

2.3.7 as respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas pelo sistema e vincularão os participantes e a administração.

3. DO CREDENCIAMENTO

3.1. O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao Sistema Eletrônico, no site www.bll.org.br. (Art. 127, § 2º da IN 02/ECSP/2023).

3.2. O credenciamento junto ao provedor do Sistema implica na responsabilidade legal única e exclusiva do Licitante, ou de seu representante legal e na presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao Pregão Eletrônico;

3.3. É de exclusiva responsabilidade do usuário o sigilo da senha, bem como seu uso em qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo a plataforma eletrônica a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros;



3.4. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluía a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros (Art. 127, § 2º, III, da IN 02/ECSP/2023);

3.5. É de responsabilidade de o cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais bem como dos documentos anexados na plataforma e mantê-los atualizados, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados;

3.5.1. A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.6. A perda da senha ou a quebra de sigilo deverão ser comunicadas ao provedor do Sistema para imediato bloqueio de acesso.

3.7. Qualquer dúvida em relação ao acesso no sistema operacional poderá ser esclarecida através dos telefones: (41) 3097.4600 - Curitiba-PR, através da Bolsa de Licitações e Leilões ou pelo e-mail contato@bll.org.br.

Nota explicativa 01: O credenciamento exigido no Art. 127 da IN 02/ECSP/2023 constitui-se em cadastro prévio de identificação, com a finalidade de agilizar o procedimento e permitir a efetiva participação dos interessados no certame.

Nota explicativa 02: A Empresa Cuiabana de Saúde Pública, através de Termo Cooperação Técnica/Licença de Uso de uso do Software passou a realizar seus Pregões Eletrônicos através da plataforma da Bolsa de Licitações e Leilões – BLL, e aquele que deseje participar na forma de licitante, terá que se cadastrar inicialmente no Portal da BLL, ao qual implicará pagamento de taxa de utilização da plataforma à BLL, conforme termo de adesão da própria.

4. DA PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO.

4.1. Poderão participar deste Pregão Eletrônico os interessados que comprovarem por meio de documentação que a atividade da empresa é pertinente e compatível ao objeto desta licitação e que atendem a todas as exigências constantes deste Edital e seus Anexos e que estejam, obrigatoriamente, cadastrados no sistema eletrônico utilizado neste processo;

4.2. Caberá ao licitante interessado em participar do pregão:

4.2.1. Credenciar-se previamente ao Sistema Eletrônico, no site www.bll.org.br. (Art. 127, § 2º, I, da IN 02/ECSP/2023).

4.2.2. Remeter, no prazo estabelecido, **EXCLUSIVAMENTE VIA SISTEMA**, os documentos de habilitação e proposta conforme estabelecido **nos itens 5 a 10 deste edital** e, quando necessário, os documentos complementares. (Art. 127, § 2º, II, da IN 02/ECSP/2023).

4.2.3. Responsabilizar-se formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assumir como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluía a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros. (Art. 127, § 2º, Inciso III, da IN 02/ECSP/2023).



4.2.4. Acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e responsabilizar-se pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão. (Art. 127, § 2º, Inciso IV, da IN 02/ECSP/2023).

4.2.5. Comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a inviabilidade do uso da senha, para imediato bloqueio de acesso. (Art. 127, § 2º, Inciso V, da IN 02/ECSP/2023).

4.2.6. Utilizar a chave de identificação e a senha de acesso para participar do pregão na forma eletrônica; (Art. 127, § 2º, Inciso VI, da IN 02/ECSP/2023), e;

4.2.7. Solicitar o cancelamento da chave de identificação ou da senha de acesso por interesse próprio. (Art. 127, § 2º, Inciso VII, da IN 02/ECSP/2023).

4.3. A participação nessa licitação significa:

4.3.1. Que a licitante e seus representantes leram este edital, conhecem e concordam plenamente com as instruções, deveres e direitos aqui descritos;

4.3.2. Conhecem a legislação desta modalidade de licitação, bem como àquelas que indiretamente a regulam e conhecem e entendem a dinâmica e operacionalização do pregão em sua forma eletrônica;

4.3.3. Tem plena ciência de que não cabe, após sua abertura, alegação de desconhecimento de seus itens, das condições de fornecimento ou participação ou questionamento quanto ao seu conteúdo. Antes de elaborar suas propostas, as licitantes deverão ler atentamente todo o edital, e demais documentos anexos;

4.3.4. Caso tenham dúvidas das exigências contidas no edital, deve a (o) licitante solicitar esclarecimentos nos termos do **item 2.3** deste edital, ou, caso necessário impugnar o certame nas mesmas condições.

4.4. Não poderão participar desta licitação os interessados:

4.4.1. Que se enquadre em algum impedimento elencado no artigo 38 da Lei 13.303 de 2016;

4.4.2. Empresas que estejam reunidas em consórcio e sejam controladas, coligadas ou subsidiárias entre si, qualquer que seja a sua forma de constituição, assim entendidas aquelas que tenham diretores, sócios ou representantes legais comuns, ou que utilizem recursos materiais, tecnológicos ou humanos em comum, exceto se demonstrado que não agem representando interesse econômico em comum.

4.4.2.1 JUSTIFICATIVA/MOTIVAÇÃO: Considerando que é ato discricionário da Administração diante da avaliação de conveniência e oportunidade no caso concreto; Considerando que o objeto licitado não possui nenhuma complexidade ou são de grandes dimensões; Considerando que existem no mercado diversas empresas com potencial técnico, profissional e operacional, suficiente para atender satisfatoriamente às exigências previstas neste Edital; Considerando as características do mercado, as empresas podem sozinhas participar da licitação e posteriormente fornecer o objeto licitado; Considerando que a admissão do consórcio na licitação poderá ocasionar dificuldades de gestão do contrato; Considerado que ao contrário, permitir o consorciamento traria potencial risco de restrição à competição. Ademais, os Acórdãos nº 1.305/2013 - TCU - Plenário, nº 1.636/2007 - TCU - Plenário e nº 566/2006 - TCU - Plenário, são no sentido de que a permissão de empresas



participarem da licitação pública reunidas em consórcio recai na discricionariedade da Administração. Enfim, não será admitida a participação de consórcios.

4.4.3. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário);

4.4.4. Empresário declarado inidôneo para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação;

4.4.5. Empresário impedido de licitar e contratar com a Empresa Cuiabana de Saúde Pública durante o prazo da sanção aplicada;

4.4.6. Empresário proibido de contratar com o Poder Público, em razão do disposto no art. 72, § 8º, V, da Lei nº 9.605/98;

4.4.7. Empresário proibido de contratar com o Poder Público, em razão do disposto no art. 72, § 8º, V, da Lei nº 9.605/98;

4.4.8. Proibidos de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente;

4.4.9. Que não atendam às condições deste Edital e seus anexos;

4.4.10. Que estejam sob falência ou estejam sob concurso de credores, insolvência, em processo de dissolução ou liquidação.

4.4.11. Nos termos do art. 5º do Decreto nº 9.507, de 2018, é vedada a contratação de pessoa jurídica na qual haja administrador ou sócio com poder de direção, familiar de:

a. Detentor de cargo em comissão ou função de confiança que atue na área responsável pela demanda ou contratação; ou

b. De autoridade hierarquicamente superior no âmbito do órgão contratante

4.4.12 para os fins do disposto neste item, considera-se familiar o cônjuge, o companheiro ou o parente em linha reta ou colateral, por consanguinidade ou afinidade, até o terceiro grau (Súmula Vinculante/STF nº 13, art. 5º, inciso V, da Lei nº 12.813, de 16 de maio de 2013 e art. 2º, inciso III, do Decreto n.º 7.203, de 04 de junho de 2010);

4.5. Nos termos do art. 7º do Decreto nº 7.203, de 2010, é vedada, ainda, a utilização, na execução dos serviços contratados, de empregado da futura Contratada que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança neste órgão contratante.

4.6. **Como condição para participação no Pregão**, o licitante deverá anexar em campo próprio do sistema eletrônico às seguintes **declarações**:

4.6.1. Que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49.

4.6.1.1. Nos itens exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a empresa deverá ser cadastrada no sistema eletrônico como ME;

4.6.1.2. Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, caso não esteja cadastrada no sistema eletrônico como ME, apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.



- 4.6.2. Declarar que cumpre os requisitos para a habilitação definidos no Edital e que a proposta apresentada está em conformidade com as exigências editalícias;
- 4.6.3. Declarar que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame; ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;
- 4.6.4. Declarar que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;
- 4.6.5. Declarar que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;
- 4.6.6. Declarar que os serviços são prestados por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação, conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991;
- 4.7** A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o licitante às sanções previstas em lei e neste Edital.

5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

- 5.1.** Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, concomitantemente com os documentos de habilitação exigidos no edital, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação.
- 5.2.** O envio da proposta, acompanhada dos documentos de habilitação exigidos neste Edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.
- 5.3.** As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.
- 5.4.** Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão (Art. 127, § 2º, Inciso IV, da IN 02/ECSP/2023).
- 5.5.** Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema.
- 5.6.** Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

6. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

- 6.1.** O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:
- 6.1.1.** *Menor Valor por Lote;*
- 6.2.** Descrição detalhada do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência e anexos;



- 6.3.** Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.
- 6.4.** Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens, bem como deduzidos quaisquer descontos que venham a ser concedidos.
- 6.5.** Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.
- 6.6.** O prazo de validade da proposta não será inferior a 90 (noventa) dias, a contar da data de sua apresentação.
- 6.7.** Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;
- 6.7.1. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a fiscalização do Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobre preço na execução do contrato.

7. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

- 7.1.** A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicado neste Edital.
- 7.2.** O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis ou não apresentem as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência.
- 7.2.1. **Também será desclassificada a proposta que identifique o licitante.**
- 7.2.2. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.
- 7.2.3. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.
- 7.3.** O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.
- 7.4.** O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.
- 7.5.** Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 7.5.1. O lance deverá ser ofertado pelo menor preço por Lote.**
- 7.6.** Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
- 7.7.** O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.



- 7.8.** Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.
- 7.9.** A etapa de lances da sessão pública terá duração de 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos 02 (dois) minutos do período de duração da sessão pública.
- 7.10.** A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de 02 (dois) minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- 7.11.** Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente.
- 7.12.** Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 7.13.** Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 7.14.** No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 7.15.** Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente depois de decorridas 24h00min (vinte e quatro) horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 7.16.** O Critério de julgamento adotado será o *menor preço* conforme definido neste Edital e seus anexos.
- 7.17.** Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 7.18.** O pregoeiro solicitará ao licitante melhor classificado que, no prazo de 02 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.
- 7.19.** É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, até de findo o prazo.
- 7.20** após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

8. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA

- 8.1.** Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no art. 90, §§ 2º e 3º da IN 02/ECSP/2023.
- 8.2.** Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor, que apresentar preço final superior ao preço máximo fixado (Acórdão nº 1455/2018 -TCU - Plenário), desconto menor do que o mínimo exigido ou que apresentar preço manifestamente inexequível.
- 8.2.1** Considera-se inexequível a proposta que apresente preços globais ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais



e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

8.3. Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita;

8.4. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, 24 (vinte e quatro) horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata;

8.5 O Pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo de 02 (duas) horas, sob pena de não aceitação da proposta.

8.5.1 É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo;

8.5.2 dentre os documentos passíveis de solicitação pelo Pregoeiro, destacam-se os que contenham as características do material ofertado, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas, encaminhados por meio eletrônico, ou, se for o caso, por outro meio e prazo indicados pelo Pregoeiro, sem prejuízo do seu ulterior envio pelo sistema eletrônico, sob pena de não aceitação da proposta-

8.6 Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

8.7 Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a sua continuidade.

8.8 O Pregoeiro poderá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital.

8.8.1 Também nas hipóteses em que o Pregoeiro não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.

8.8.2 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

8.9 Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o pregoeiro verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.

8.9.1 Caso o Pregoeiro decida analisar os documentos de habilitação do vencedor de imediato, estará informando aos licitantes via chat, que deverão ficar aguardando pelo resultado, que logo após será aberto prazo recursal.

9 DA HABILITAÇÃO

9.1. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:



a) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis);

b) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php).

c) Lista de Inidôneos e o Cadastro Integrado de Condenações por Ilícitos Administrativos - CADICON, mantidos pelo Tribunal de Contas da União - TCU;

9.1.1. Para a consulta de licitante pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas das alíneas “b”, “c” e “d” acima pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU (<https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>).

Nota Explicativa: A consulta aos dois cadastros – CEIS e CNJ, na fase de habilitação é recomendação do TCU (Acórdão nº. 1.793/2010 Plenário). Trata-se de verificação da própria condição de participação na licitação. A Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU abrange o cadastro do CNJ, do CEIS, do próprio TCU e o Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP do Portal da Transparência

9.1.2. A consulta ao cadastro será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

9.1.3. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

9.1.4. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

9.1.5. O licitante será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação.

9.1.6. Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

9.1.7. No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

9.1.8. O descumprimento do subitem acima implicará a inabilitação do licitante, exceto se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões feitas pelo Pregoeiro lograr êxito em encontrar a(s) certidão(s) válida(s).

9.2. Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via sistema, no prazo de 02 (duas) horas sob pena de inabilitação.

9.3. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

9.4. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.5. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.



9.5.1 serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

9.6. Os licitantes deverão encaminhar, nos termos deste Edital, a documentação relacionada nos itens a seguir, para fins de habilitação:

10. DAS EXIGÊNCIAS HABILITATÓRIA:

Documentações Específicas Exigidas:

Habilitação/Qualificação	Fundamentação	Exigências	
		Sim	Não
Da Habilitação Jurídica	Art. 58, Inciso I da Lei 13.303/2016	X	
Da Regularidade Fiscal e Trabalhista	Art. 58, Inciso I da Lei 13.303/2016	X	
Da Qualificação Técnica	Art. 58, Inciso II da Lei 13.303/2016	X	
Da Qualificação Econômico-Financeira	Art. 58, Inciso III da Lei 13.303/2016	X	
Declaração Complementares	Conforme Exigências elencadas no processo	X	

10.1 Da Habilitação Jurídica:

10.1.1 Cópia da célula da identidade do representante legal;

10.1.2 Cópia do Ato Constitutivo da empresa devidamente arquivado no órgão competente, juntamente com as suas alterações e consolidação.

10.1.3 Prova de inscrição no Cadastro de Pessoa Física (CPF) ou no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ/MF).

10.2 Da Regularidade Fiscal e Trabalhista:

10.2.1 Prova de Inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual ou Municipal, se houver relativo ao domicílio ou sede da empresa, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto deste processo;

10.2.2 Prova de regularidade para com a Fazenda Federal, Certidão de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União (com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 02/10/2014), podendo ser retirada através dos sites: www.receita.fazenda.gov.br ou www.pgfn.fazenda.gov.br;

10.2.3 Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual, Certidão Negativa de Débito Fiscal (CND), expedida pela Agência Fazendária da Secretaria de Estado de Fazenda do domicílio tributário da empresa, observando que no caso do Estado de Mato Grosso, deverá ser específica para participação em licitações públicas, sendo expedida pelo site: www.sefaz.mt.gov.br;

10.2.4 Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal, Certidão quanto à Dívida Ativa do Município da sede da empresa, com validade na data de apresentação da proposta;



10.2.5 Certificado de Regularidade relativo ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais com validade na data de apresentação da proposta, onde poderá ser retirada no Site: www.caixa.gov.br;

10.2.6 Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1º de maio de 1943.

10.3 Da Qualificação Econômico-Financeira:

Qualificação econômico-financeira será exigido do licitante a apresentação dos seguintes documentos:

10.3.1 Certidão negativa de falência, recuperação judicial ou extrajudicial expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;

10.3.2 A certidão, se não contiver indicação de data de validade, deverá ser expedida até 60 (sessenta) dias antes da data de abertura da licitação.

10.3.3 caso a certidão, seja emitida na forma positiva para recuperação judicial, a licitante poderá apresentar, em substituição, decisão judicial que garanta sua participação mesmo que em processo de recuperação.

10.3.4 Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios;

10.3.4.1 As microempresas e as empresas de pequeno porte, que preencham as condições estabelecidas no art. 34 da Lei nº. 11.488/07 estão dispensadas do balanço patrimonial apenas para fins fiscais, **assim, para a presente licitação, é OBRIGATÓRIA a apresentação desta peça.**

10.3.4.2 No caso de empresa constituída no exercício social vigente, admite-se a apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao período de existência da sociedade (devidamente registrado no órgão competente);

10.3.4.3 É admissível o balanço intermediário, se decorrer de lei ou contrato social/estatuto social.

10.3.4.4 Caso o licitante seja cooperativa, tais documentos deverão ser acompanhados da última auditoria contábil-financeira, conforme dispõe o artigo 112 da Lei nº 5.764, de 1971, ou de uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador;

10.3.4.5 **NÃO** serão admitidos balanço patrimonial, DRE e termos de abertura e encerramento, parte em "Livro Diário", parte em "Registro Digital" ou parte em "ECD" ou "SPED". Devendo o licitante optar por uma das formas de apresentação.

10.3.5 A comprovação da situação financeira da empresa será constatada mediante apresentação de planilha com obtenção dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), igual ou superior a 01 (um) resultantes da aplicação das fórmulas:

$$\begin{aligned}
 \text{LG} &= \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}} \\
 \text{SG} &= \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}} \\
 \text{LC} &= \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}
 \end{aligned}$$



10.3.6 caso o resultado de qualquer dos índices seja menor que 1 (um), o Licitante deverá apresentar as informações contábeis, na forma da lei, a fim de comprovar que possui capital social registrado ou patrimônio líquido igual ou superior a 10% (dez por cento) sobre valor estimado da contratação ou dos itens pertinentes.

10.3.7 JUSTIFICATIVA DOS ÍNDICES CONTÁBEIS

Depreende-se, preliminarmente, quatro características a respeito da forma de se apurar a qualificação econômico-financeira do solicitante:

- Boa situação financeira deverá ser comprovada de forma objetiva, ou seja, concreta, exata;
- Os índices contábeis deverão estar expressos no ato convocatório;
- O índice escolhido deverá estar justificado no processo; e
- Será vedada a utilização de índices não adotados usualmente.

Realizada pesquisa na legislação específica e em órgãos que promovem procedimentos licitatórios, constatou-se a utilização dos seguintes índices contábeis, conclusivamente, os mais adotados no segmento de licitações:

ÍNDICE DE LIQUIDEZ GERAL – ILG

$ILG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Ativo não Circulante}}{\text{Passivo}}$

Circulante + Passivo não Circulante

Índice de Liquidez Geral (ILG) indica quanto a empresa possui em disponibilidades, bens e direitos realizáveis no curso do exercício seguinte para liquidar suas obrigações, com vencimento neste mesmo período.

ÍNDICE DE LIQUIDEZ CORRENTE – ILC

$ILC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo}}$

Circulante

Índice de Liquidez Corrente (ILC) indica quanto a empresa possui em recursos disponíveis, bens e direitos realizáveis a curto prazo, para fazer face ao total de suas dívidas de curto prazo.

ÍNDICE DE SOLVÊNCIA GERAL – ISG

$ISG = \frac{\text{Ativo}}{\text{Total}}$

Passivo Circulante + Passivo não Circulante

O índice de Solvência Geral expressa o grau de garantia que a empresa dispõe em Ativos (totais), para pagamento do total de suas dívidas. Envolve além dos recursos líquidos, também os permanentes.

Para os três índices colacionados (ILG, ILC e ISG), o resultado “> 1” é indispensável à comprovação da boa situação financeira, sendo certo que, quanto maior o resultado (1,20; 1,30; 1,50; etc), melhor será a condição da empresa.

ÍNDICES CONTÁBEIS – Situação – ILC, ILG e ISG

- < (menor) que 1,00: Deficitária
- 1,00 a 1,35: Equilibrada
- (Maior) que 1,35: Satisfatória

Diante de todo o exposto, conclui-se pela adoção dos índices que retratam situação financeira equilibrada e que aumentam consideravelmente o universo de competidores:

- ILG: maior ou igual a 1,00; e,
- ISG: maior ou igual a 1,00.

Portanto, o atendimento aos índices estabelecidos no Edital, demonstrará uma situação EQUILIBRADA da licitante. Caso contrário, o desatendimento dos índices revelará uma situação DEFICITÁRIA da empresa, colocando em risco a execução do contrato.

Ante o exposto, a exigência do Edital nada mais fez que traduzir em critérios objetivos o disposto no art. 37, XXI, da Constituição Federal, uma vez que a contratação de empresas em situação EQUILIBRADA é o mínimo



que a Empresa Cuiabana de Saúde Pública deve cercar-se para assegurar o integral cumprimento do contrato. Ademais, os índices escolhidos foram democráticos, na medida em que estabelecem um “mínimo” de segurança na contratação.

10.4 Da Qualificação Técnica:

As empresas licitantes deverão comprovar a qualificação técnica, por meio da apresentação dos seguintes documentos:

10.4.1 Apresentar atestado(s) de capacidade técnica, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, contendo nome da empresa, endereço, nome do profissional responsável, telefone da entidade atestadora e a descrição dos serviços, comprovando que a empresa presta ou prestou os serviços de acordo com o objeto deste certame, ATESTANDO A EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS EM ANESTESIOLOGIA. O atestado **deverá ser apresentado em papel timbrado, no caso atestados emitidos por clínicas e instituições hospitalares particulares o atestado apresentado poderá ser diligenciado junto ao CRM para comprovação do cadastro da empresa prestadora no período da prestação do serviço.**

10.4.2 Registro ou inscrição da empresa no Conselho Regional de Medicina competente;

10.4.3 Alvará de fiscalização fornecido pela Serviço de Vigilância Sanitária da Secretaria de Saúde da sede do fornecedor;

10.4.4 Alvará de funcionamento em plena validade-prefeitura

10.5 Qualificação Técnico-Profissional:

10.5.1 Responsável Técnico da empresa registrado no Conselho Competente (CRM), com a devida comprovação.

10.5.2 Comprovação de vínculo do responsável técnico com a empresa, mediante apresentação de: contrato social (caso seja sócio), carteira de trabalho, contrato de prestação de serviços, ficha de registro de empregado ou outro documento equivalente.

10.6 Documentações Complementares:

10.6.1 Apresentar Declaração que não possuem no quadro de empregados (s) menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, e menores de 16 (dezesesseis) anos, em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, nos termos do inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal e inciso V, art.27, da Lei 13.303/2016, com redação determinada pela Lei nº. 9.854/1999.

10.7 Da visita Técnica/Vistoria:

10.7.1 A Empresa licitante **poderá vistoriar o local onde serão executados os serviços**, examinado as áreas do Hospital, pertinente a este objeto, e eventuais dificuldades para execução dos serviços;

10.7.2 A vistoria não é de caráter obrigatório, podendo a empresa licitante participar de todo o certame, mesmo que não vistorie o local;

10.7.3 A empresa licitante que optar pela não vistoria do local não poderá, em hipótese alguma, descumprir qualquer regra, decisão de acordo consequente deste Termo, devendo ainda apresentar a Declaração de **Dispensa de Visita/Vistoria, conforme Anexo IX do edital**, empresa que não vistoriar o local será tratada nas mesmas condições daquela que vistoriou.

10.7.4 Caso a empresa opte por realizar a visita/vistoria a mesma deverá apresentar a **Declaração de Visita/Vistoria conforme Anexo VIII do edital**.



10.7.5 A empresa licitante que optar pela vistoria deverá agendá-la em dias úteis, das 08h00min às 12h00min e das 14h00min às 17h00min, no setor de Diretoria Técnica - HMC, devendo ser efetivada em até 02 (dois) dias úteis antes da data fixada para a sessão pública, deverá agendar encaminhando a solicitação por e-mail para: diretoriatec.hmc@cuiaba.mt.gov.br, telefone (65) 3318-6968

10.8 caso a proposta mais vantajosa seja ofertada por licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, e uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, a mesma será convocada, no prazo de 5 dias úteis, após a verificação da habilitação, para comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da administração pública, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.

10.9 A não regularização fiscal e trabalhista no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação. Se, na ordem de classificação, seguir-se outra microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa com alguma restrição na documentação fiscal e trabalhista, será concedido o mesmo prazo para regularização.

10.10 Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade.

10.11 será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.

11. DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA

11.1. A proposta final do licitante declarado vencedor deverá ser encaminhada no prazo de 02 (duas) horas, a contar da solicitação do Pregoeiro no sistema eletrônico e deverá:

11.1.1 Menor Valor por lote;

11.2 Descrição detalhada do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência e anexos;

11.3 Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.

11.4 Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens, bem como deduzidos quaisquer descontos que venham a ser concedidos.

11.5 Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

11.6 O prazo de validade da proposta não será inferior a 90 (noventa) dias, a contar da data de sua apresentação.

11.7 Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;



11.7.1 O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a fiscalização do Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobre preço na execução do contrato.

11.8 caso a proposta mais vantajosa seja ofertada por licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, e uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, a mesma será convocada, no prazo de 5 dias úteis, após a verificação da habilitação, para comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da administração pública, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.

11.9 A não regularização fiscal e trabalhista no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação. Se, na ordem de classificação, seguir-se outra microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa com alguma restrição na documentação fiscal e trabalhista, será concedido o mesmo prazo para regularização.

11.10 Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade.

11.11 será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.

12. DOS RECURSOS

12.1. O licitante poderá manifestar intenções de recurso após ser declarado vencedor e habilitado no prazo de até 15 (quinze) minutos, recorrer das decisões tomadas durante a sessão da licitação, quando deverá informar resumidamente os motivos de seu inconformismo, de forma motivada, isto é, indicando contra qual (is) decisão (ões) pretende recorrer e por quais motivos, em campo próprio do sistema (Art. 51 Lei nº 13.303/2016 e Art. 134 da IN 02/ECSP/2023).

12.2. Havendo quem se manifeste, caberá ao Pregoeiro verificar a tempestividade e a existência de motivação da intenção de recorrer, para decidir se admite ou não o recurso, fundamentadamente.

12.3. Nesse momento o Pregoeiro não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso.

Nota explicativa: no juízo de admissibilidade das intenções de recurso deve ser avaliada tão somente a presença dos pressupostos recursais: sucumbência, tempestividade, legitimidade, interesse e motivação – TCU Ac. 520/2014-Plenário, item 9.5.1.

12.4. A intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão, e o prazo para apresentação das razões recursais previstos no subitem 12.2.3, será iniciado na data da intimação ou lavratura da ata de habilitação ou inabilitação.



12.4.1. Uma vez admitido o recurso, o recorrente terá, a partir de então, o prazo de três dias para apresentar as razões, pelo sistema eletrônico, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões também pelo sistema eletrônico, em outros três dias, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses. (Art. 51 Lei nº 13.303/2016 e Art. 134 da IN 02/ECSP/2023).

12.5. A petição Recursal deverá ser anexada em campo próprio do Sistema Eletrônico, devidamente instruídas contendo também: assinatura, endereço, razão social, nº do processo, nº do pregão e telefone para contato, e-mail.

12.6. Não será conhecido o recurso cuja petição tenha sido apresentada fora do prazo e/ou subscrita por procurador não habilitado legalmente no processo para responder pela empresa.

12.7 na ocorrência de manifestação ou interposição de recurso de caráter meramente protelatório, ensejando assim o retardamento da execução do certame, a autoridade competente poderá, assegurado o contraditório e a ampla defesa, aplicar a pena estabelecida na Lei nº 13.303/2016 e IN 02/2023/ECSP.

12.8. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço constante neste Edital.

13. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

13.1 A sessão pública poderá ser reaberta:

13.1.1 Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

13.1.2 Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

13.2 Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

13.2.1 A convocação se dará por meio do sistema eletrônico ("chat"), de acordo com a fase do procedimento licitatório.

14 DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

14.1 O objeto da licitação será adjudicado ao licitante declarado vencedor, por ato do Pregoeiro, caso não haja interposição de recurso, ou pela autoridade competente, após a regular decisão dos recursos apresentados. (Art. 11, Parágrafo segundo, IN 02/ECSP/2023);

14.2 Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório (Art. 41, Inciso IV, IN 02/ECSP/2023);

14.3 A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação;

14.4 No caso do adjudicatário, se convocado, não assinar a Ata de Registro de Preços e/ou Contrato, vindo a decair do direito a execução do objeto dessa licitação, a Empresa Cuiabana de Saúde Pública poderá revogá-la, ou convocar os licitantes remanescentes, na ordem em que foram classificados, para contratar em igual prazo e nas mesmas condições em que a primeira classificada teria sido registrada e/ou contratada.

15 DO CONTRATO E DAS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DOS PROFISSIONAIS:



15.1 O período de vigência do contrato oriundo do Pregão Eletrônico, será de 12 (doze) meses contados da data da assinatura, e por se tratar de serviços a serem executados de forma contínua, poderá ser prorrogada por iguais ou sucessivos períodos com vistas à obtenção de preços e condições mais vantajosas a administração, limitada a 05 (cinco) anos (Inciso II do Artigo 71 da Lei nº 13.303/16).

15.2 A adjudicatária terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato ou aceitar o instrumento equivalente, conforme o caso, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

15.3 alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato ou aceite/retirada do instrumento equivalente, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura ou aceite, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinado/retirado no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da data de seu recebimento.

15.4 no ato da assinatura do contrato, a empresa contratada, deverá apresentar, para análise técnica, a documentação exigida para comprovar a habilitação dos profissionais que comporão a escala médica.

15.4.1 deverá ser apresentada a relação nominal dos profissionais que integrarão a equipe, bem como a Declaração de anuência devidamente assinada por cada um dos profissionais listados, conforme modelo constante:

a) Relação Nominal dos Profissionais (Anexo IV) do edital;

b) Declaração de Anuência dos Profissionais (anexo II – TR) e (Anexo V) do edital;

15.5. É obrigatória a apresentação de cópia autenticada do certificado de conclusão de residência médica em Anestesiologia reconhecida pela Comissão Nacional de Residência Médica (CNRM), ou do título de especialista em Anestesiologia reconhecido pela Associação Médica Brasileira (AMB) e registrado no Conselho Regional de Medicina (CRM).

15.6. Todos os profissionais indicados deverão atender aos pré-requisitos técnicos estabelecidos. Aqueles que não cumprirem as exigências serão desconsiderados na análise técnica.

15.7. Os profissionais apresentados para a execução dos serviços contratados deverão possuir carga horária compatível com as exigências de registro no Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES), de forma a viabilizar o correto faturamento dos serviços prestados ao Sistema Único de Saúde (SUS).

15.8. Durante a vigência do contrato, a empresa poderá realizar até 03 (três) substituições de profissionais, devendo apresentar previamente ao fiscal do contrato a documentação técnica necessária para análise de habilitação. Uma vez aprovada, a substituição será incluída no parecer técnico do corpo clínico da empresa.

15.9 na hipótese de o profissional habilitado ainda não possuir inscrição no Conselho Regional de Medicina do Estado do Mato Grosso (CRM-MT), será concedido o prazo de até 90 (noventa) dias para a regularização, conforme estabelece a Resolução CFM nº 1.948, de 10 de junho de 2010.

15.10 Caso a empresa não possua registro no CRM-MT, deverá atender ao disposto na Resolução CFM nº 1.980/2011, que determina, em seu artigo 3º, que empresas privadas prestadoras ou intermediadoras de serviços de assistência à saúde devem se registrar no conselho regional de medicina da jurisdição em que atuarem, conforme previsto nas Leis nº 6.839/80 e nº 9.656/98. O prazo para regularização será de até 30 (trinta) dias.



15.11 DA RESCISÃO CONTRATUAL/EXTINÇÃO:

15.11.1 A inexecução total ou parcial do Contrato ensejará a sua rescisão, conforme disposto nos artigos 83 e 84 da Lei no 13.303/16;

15.11.2 A rescisão do Contrato poderá ser:

- a. Determinada por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos enumerados nos incisos I a III do artigo 83 e 84 da Lei mencionada, notificando-se a(s) CONTRATADA(s) Vencedora(s) com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias;
- b. Amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo neste Pregão, desde que haja conveniência para a Administração;
- c. Judicial, nos termos da legislação vigente sobre a matéria. A rescisão administrativa ou amigável será **precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente;**

15.11.3 os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

15.11.4 O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, assegurados o contraditório e a ampla defesa e observado os dispostos nos artigos 138 e 139 da mesma Lei.

15.12 DA ALTERAÇÃO:

15.12.1 O presente Contrato poderá ser alterado. As alterações contratuais deverão se dar mediante a celebração de Termo Aditivo, de acordo com a vontade das partes, observadas as disposições previstas na ECSP. Na hipótese de reajustamento do Contrato e demais alterações contratuais que não constituam modificação da essência da avença, e que não alterem cláusulas essenciais à contratação, podem ser formalizadas por simples apostilamento.

16 DO RECEBIMENTO DO OBJETO E DA FISCALIZAÇÃO

16.1 os critérios de recebimento e aceitação do objeto e de fiscalização estão previstos no Termo de Referência/Minuta do contrato, anexa a este Edital.

17 DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

17.1 as obrigações da Contratante e da Contratada são as estabelecidas no Termo de Referência/Minuta do contrato, anexa a este Edital.

18 DO PAGAMENTO

18.1 as regras acerca do pagamento são as estabelecidas no Termo de Referência/Minuta do contrato, anexa a este Edital.

19 DA FORMA DE REMUNERAÇÃO PELOS SERVIÇOS

19.1 Conforme estabelecido no Termo de Referência anexo I do Edital.

20 DA GARANTIA CONTRATUAL/SUBCONTRATAÇÃO

20.1 conforme estabelecido no Termo de Referência anexo I do Edital



21 DO REAJUSTE

21.1 Conforme estabelecido no Termo de Referência anexo I do Edital

22 DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

22.1 cometem infrações administrativas nos termos da Lei nº 13.303 de 2016, o licitante/adjudicatário que:

“Art. 82. Os contratos devem conter cláusulas com sanções administrativas a serem aplicadas em decorrência de atraso injustificado na execução do contrato, sujeitando o contratado a multa de mora, na forma prevista no instrumento convocatório ou no contrato.

§ 1º A multa a que alude este artigo não impede que a empresa pública ou a sociedade de economia mista rescinda o contrato e aplique as outras sanções previstas nesta Lei.

§ 2º A multa, aplicada após regular processo administrativo, será descontada da garantia do respectivo contratado.

§ 3º Se a multa for de valor superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá o contratado pela sua diferença, a qual será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela empresa pública ou pela sociedade de economia mista ou, ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente”.

“Art. 83. Pela inexecução total ou parcial do contrato a empresa pública ou a sociedade de economia mista poderá, garantida a prévia defesa, aplicar ao contratado as seguintes sanções:

I - advertência;

II - multa, na forma prevista no instrumento convocatório ou no contrato;

III - suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a entidade sancionadora, por prazo não superior a 2 (dois) anos.

§ 1º Se a multa aplicada for superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá o contratado pela sua diferença, que será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela empresa pública ou pela sociedade de economia mista ou cobrada judicialmente.

§ 2º As sanções previstas nos incisos I e III do caput poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II, devendo a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, ser apresentada no prazo de 10 (dez) dias úteis.



Art. 84. As sanções previstas no inciso III do art. 83 poderão também ser aplicadas às empresas ou aos profissionais que, em razão dos contratos regidos por esta Lei:

I - tenham sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

II - tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

III - demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a empresa pública ou a sociedade de economia mista em virtude de atos ilícitos praticados”.

22.1.1 As sanções do item acima também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva, em pregão para registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente.

22.2 considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances.

22.3 no decorrer da contratação, a Contratada que incorrer em atraso injustificado na execução contratual ou inexecução total ou parcial do contrato ficará sujeita às seguintes sanções:

22.3.1. Advertência por faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretarem prejuízos significativos ao objeto da contratação;

22.3.2 Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do licitante;

22.3.3 Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

22.3.4 Rescisão contratual, nos termos da Lei nº 13.303/2016 e das normas e princípios gerais dos contratos.

22.4 A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

22.5 Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR.

22.6 A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

22.7 O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultante de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

22.8 Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.



22.9 A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 12.846/2013;

22.10 A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

22.11 as sanções por atos praticados no decorrer da contratação estão previstas na Minuta do contrato.

23 DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

23.1 Da sessão pública do Pregão divulgar-se-á Ata no sistema eletrônico.

23.2 Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

23.3 Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF.

23.4 No julgamento das propostas e da habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

23.5 A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

23.6 As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

23.7 Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

23.8 Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na ECSP.

23.9 O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

23.10 Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

23.11 O Edital está disponibilizado, na íntegra, no endereço eletrônico <https://www.bll.org.br/>, e também poderão ser lidos e/ou obtidos no endereço mencionado no preâmbulo desse Edital, nos dias úteis, no horário das 08:00 horas às 17:00 horas, mesmo endereço e período no qual os autos do processo administrativo permanecerão com vista franqueada aos interessados.

23.12 É facultado ao Pregoeiro ou à autoridade competente, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo.



23.12.1 Em se identificando a mera ausência de documento que, apesar de não ter sido juntado ao processo ao tempo da sessão pública, mas que comprovadamente seja preexistente à referida sessão (ou seja, que não seja documento novo, entendendo como documento novo aquele que tenha sido expedido posteriormente à sessão pública ou que veicule fatos posteriores à sessão pública), ficará facultada ao pregoeiro a realização de diligências, a fim de analisar a condição de pré-existência de documento eventualmente faltante, a fim de sanear a etapa de preços ou de habilitação, à luz do princípio do formalismo moderado (Art. 93, IN 02/2023/ECSP).

23.13 A autoridade competente poderá revogar a licitação por razões de interesse público decorrentes de fato superveniente devidamente fundamentado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.

23.14 Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

ANEXO I - Termo de Referência e anexos;

ANEXO II – Minuta de Termo de Contrato;

ANEXO III - Modelo de Proposta;

ANEXO IV – Modelo de Relação dos Profissionais;

ANEXO V – Declaração de Anuência dos Profissionais;

ANEXO VI – Modelo de Atestado de Capacidade Técnica;

ANEXO VII – Requerimento de BENEFÍCIO e Declaração para Microempresas e Empresa de Pequeno Porte;

Anexo VIII – Vistoria Técnica;

ANEXO IX- Declaração de Abstenção de Vistoria Técnica;

ANEXO X - Modelo de Declaração (Empregador Pessoa Jurídica);

ANEXO XI – Documentos de verificação de produtividade

Cuiabá, 04 de dezembro de 2025.

ISRAEL SILVEIRA PANIAGO
DIRETOR GERAL – ECSP



ANEXO I TERMO DE REFERÊNCIA

I – INFORMAÇÕES PRIMÁRIAS SOBRE A DESPESA	
EMPRESA CUIABANA DE SAÚDE PÚBLICA	2 – TERMO DE REFERÊNCIA nº 052/HMC/ECSP/2025
3 – Número da Unidade Orçamentária: 501	4 – Descrição da Categoria de Despesa: <input type="checkbox"/> Capacitação <input type="checkbox"/> Equipamento de TI <input type="checkbox"/> Consultoria/Auditoria/Assessoria <input checked="" type="checkbox"/> Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica <input type="checkbox"/> Bens Permanentes
5 – Unidade Solicitante: DIRETORIA TÉCNICA HMC/HMSB	
6 – Número do Processo: 00.060612/2025	

II – FUNDAMENTAÇÃO MÍNIMA PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

1. DO OBJETO:

1.1 Este Termo de Referência tem por objeto “CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA para PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS HOSPITALARES na área de ANESTESIOLOGIA, para atender as unidades hospitalares: HOSPITAL MUNICIPAL DR. LEONY PALMA DE CARVALHO - HMC e HOSPITAL MUNICIPAL SÃO BENEDITO - HMSB, GERIDOS PELA EMPRESA CUIABANA DE SAÚDE PÚBLICA – ECSP, conforme quantitativos e especificações contidas no presente Termo de Referência e seus anexos”.

1.2 A presente contratação adotarás como critério de julgamento por **“Menor Preço por lote”** conforme Art. 54, Inciso I da Lei nº 13.303/2016;

1.3 A classificação do serviço deste objeto trata-se de serviço comum de caráter continuado, a ser contratado mediante licitação, na modalidade PREGÃO, em sua forma ELETRÔNICO, conforme preferência estabelecida na Lei nº 13.303/2016.

1.4 A prestação de serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da CONTRATADA e a Administração da CONTRATANTE, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize a pessoalidade e subordinação direta.

2. DA JUSTIFICATIVA

2.1 DA JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO:

2.1.1 Os hospitais HMC e HMSB, por meio do desenvolvimento da Política Nacional de Humanização desenvolve atendimento integral ao usuário com resolutividade e responsabilização, orientando, quando for o caso, o usuário e a família em relação a outros serviços de saúde para a continuidade da assistência.

2.1.2 Relacionamos a seguir os Programas de Humanização implantados no HMC e no HMSB, baseado em alguns dos dispositivos da referida Política:

- Humaniza SUS;
- Política Nacional de Medicamentos;
- Saúde do Trabalhador;



- Alimentação e Nutrição;
- IST/DST;
- Serviço de Ouvidoria;
- Garante presença de acompanhante nas 24hs aos pacientes com mais de 60 anos, crianças e portadores de necessidades especiais, dentro das possibilidades técnicas existentes, sem prejuízo a assistência ao usuário.
- Viabiliza o acesso dos visitantes à equipe responsável pelo paciente.

2.1.3 As unidades hospitalares HMC e HMSB, no exercício de suas responsabilidades de garantir atendimento integral, universal e equânime à população, justifica a necessidade de abertura de processo licitatório para contratação de empresa especializada na prestação de serviços médico-hospitalares em anestesiologia, a fim de atender de forma adequada à demanda dos hospitais públicos municipais.

2.1.4 A presença de anestesiológicos é condição essencial para a realização de procedimentos cirúrgicos, sejam eles de caráter eletivo ou de urgência/emergência. No caso das cirurgias eletivas, a atuação do profissional anestesiológico é imprescindível para o funcionamento regular das agendas cirúrgicas, contribuindo para a redução das filas de espera e garantindo maior eficiência e resolutividade no sistema público de saúde. Por outro lado, nas situações de urgência e emergência, que requerem resposta imediata, a disponibilidade de anestesiológicos qualificados é determinante para a segurança e a vida dos pacientes, assegurando suporte anestésico seguro e eficaz nos procedimentos cirúrgicos inadiáveis.

2.1.5 Entretanto, o atual quadro de profissionais efetivos da rede municipal é insuficiente para garantir cobertura integral das escalas, o que compromete diretamente o andamento de cirurgias programadas e a capacidade de resposta a demandas emergenciais. Essa lacuna torna necessária a contratação complementar, por meio de empresa especializada, que assegure plantões completos, continuidade dos serviços e disponibilidade de profissionais habilitados, inclusive em regime de sobreaviso.

2.1.6 A contratação, por meio de licitação, respeita os princípios constitucionais da administração pública (legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência), permitindo selecionar proposta mais vantajosa à Administração, com critérios técnicos e econômicos adequados à complexidade dos serviços a serem prestados.

2.1.7 A presente contratação se mostra medida indispensável para garantir a continuidade, segurança e qualidade da assistência cirúrgica nos hospitais sob gestão da Secretaria Municipal de Saúde de Cuiabá, beneficiando diretamente a população usuária do Sistema Único de Saúde (SUS).

2.1.8 Assim, **SOLICITAMOS A “ABERTURA DE PROCESSO LICITATÓRIO para CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA para PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS HOSPITALARES na área de ANESTESIOLOGIA PARA ATENDER a UNIDADE HOSPITALAR: HOSPITAL MUNICIPAL LEONY PALMA DE CARVALHO – HMC, e HOSPITAL MUNICIPAL SÃO BENEDITO – HMSB, ambos geridos pela EMPRESA CUIABANA DE SAÚDE PÚBLICA – ECSP, conforme quantitativo e especificações contidas no presente Termo e seus anexos”.**

2.2 APRESENTAÇÃO DA DEMANDA PELOS SERVIÇOS DE ANESTESIOLOGIA

2.2.1 A rede hospitalar municipal de Cuiabá apresenta uma demanda crescente e contínua por serviços médico-hospitalares na especialidade de anestesiologia, essenciais para a realização de procedimentos cirúrgicos eletivos e de urgência/emergência.

2.2.2 atualmente, estima-se a realização anual de aproximadamente:

- 8.400 cirurgias no Hospital Municipal de Cuiabá (HMC), entre procedimentos eletivos e de urgência/emergência;



- 5.000 cirurgias eletivas no Hospital Municipal São Benedito (HMSB), com a retomada das agendas programadas;

2.2.3 para atender a essa demanda, a estrutura física disponível nas unidades hospitalares compreende:

- 6 salas cirúrgicas no HMC;
- 4 salas cirúrgicas no HMSB;

2.2.4 no que se refere aos recursos humanos nas unidades (HMC e HMSB), a inexistência ou insuficiência de profissionais efetivos para suprir a alta demanda cirúrgica torna ainda mais urgente a necessidade de suporte externo, com a contratação de empresa especializada em serviços de anestesiologia,

2.2.5 nesse diapasão esse quantitativo tem se mostrado insuficiente para cobrir integralmente a escala das 10 salas cirúrgicas ativas, necessitando assim de a abertura de licitação para contratação de empresa especializada em anestesiologia se mostra medida indispensável para garantir a continuidade, segurança e qualidade da assistência cirúrgica nos hospitais sob gestão da Empresa Cuiabana de Saúde Pública – ECSP, beneficiando diretamente a população usuária do Sistema Único de Saúde (SUS).

2.2.6 Diante da previsão de mais de 8 mil cirurgias anuais na rede hospitalar municipal, é imprescindível a garantia de cobertura anestésica contínua, qualificada e adequada à complexidade dos procedimentos. A contratação complementar de serviços especializados é estratégica para evitar desassistência, atrasos nas agendas cirúrgicas e impactos negativos na assistência hospitalar prestada à população.

2.3 SOBRE O DIMENSIONAMENTO DAS EQUIPES DE ANESTESIOLOGIA E AS CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇO

2.3.1 O modelo de contratação a ser adotado para a prestação dos serviços médico-hospitalares de anestesiologia prevê que o dimensionamento das equipes será de inteira responsabilidade da empresa contratada, respeitando os parâmetros técnicos e assistenciais necessários para garantir segurança e qualidade na atenção aos pacientes.

2.3.2 não se pretende estabelecer um número mínimo de profissionais por turno ou por unidade, desde que a contratada assegure que haja um anestesiológico por paciente a ser assistido, conforme a dinâmica das salas cirúrgicas e os procedimentos programados. Importante destacar que a exigência é pela presença efetiva de profissionais conforme a demanda de pacientes, e não pela vinculação de um profissional fixo por sala cirúrgica.

2.3.3 além disso, será exigido que todos os procedimentos cirúrgicos eletivos sejam precedidos, obrigatoriamente, por avaliação pré-anestésica, a ser realizada em tempo hábil, conforme protocolos clínicos e diretrizes da especialidade. Essa avaliação é essencial para reduzir riscos perioperatórios, assegurar a adequação das condutas anestésicas e promover maior segurança ao paciente.

2.3.4 A contratada deverá, ainda, garantir o cumprimento integral das metas de qualidade e produtividade que serão estabelecidas no contrato, as quais envolverão indicadores como pontualidade nas agendas, cobertura anestésica em tempo integral, preenchimento de prontuários, qualidade da avaliação pré-anestésica, índice de eventos adversos, entre outros que forem definidos pela Secretaria Municipal de Saúde.

2.3.5 O objetivo é assegurar a entrega de um serviço eficiente, seguro, humanizado e tecnicamente adequado às necessidades da rede municipal de saúde, respeitando a autonomia da empresa contratada na gestão de sua equipe, desde que sejam plenamente atingidos os resultados esperados pela administração pública.

2.4 DA JUSTIFICATIVA DA ESCOLHA DA MODALIDADE:

Pregão Eletrônico do tipo **MENOR PREÇO**;



2.4.1 A Lei Federal que estabelece normas gerais de licitação e contratação para as Administrações Públicas diretas, autárquicas e fundacionais da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios a chamada Lei de Licitações e Contratos, Lei Federal nº 14.133/2021 e Lei Federal nº 13.303/2016 que dispõe sobre o estatuto jurídico da empresa pública, da sociedade de economia mista e de suas subsidiárias, no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios e ainda a INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 02/2023-ECSP.

2.4.2. A escolha da modalidade de pregão eletrônico como meio de realizar uma licitação está fundamentada em diversos aspectos que visam proporcionar maior eficiência, transparência, competitividade e economicidade nos processos de compras públicas, sendo estes:

I. Agilidade e Celeridade: O pregão eletrônico é conhecido por sua rapidez e agilidade. A utilização de plataformas online permite a realização de pregões de forma mais rápida em comparação com modalidades presenciais.

II. Ampla competitividade: Está modalidade de pregão eletrônico atrai um grande número de participantes de todo país, ampliando a competitividade. Isso pode resultar em melhores preços e melhores condições para a Administração Pública.

III. Transparência: Como é realizado em ambiente online proporciona transparência nos processos licitatórios. Todas as etapas, lances e documentos que ficam registrados eletronicamente, garantindo a rastreabilidade e a integridade das informações por todos os participantes.

IV. Padronização e segurança: Na modalidade pregão eletrônico permite a padronização dos procedimentos licitatórios do ente, facilitando a compreensão e aplicação das regras por parte dos participantes e ainda está em conformidade com a legislação de licitações vigente, proporcionando assim segurança e respaldo jurídico.

2.4.3. Ademais, o artigo 32, inciso IV, da Lei 13.303/2016, aduz expressamente a adoção preferencial da modalidade julho de 2002, para a aquisição de bens e serviços comuns, assim considerados aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais no mercado, vejamos:

“Art. 32. Nas licitações e contratos de que trata esta Lei serão observadas as seguintes diretrizes:

(...)

IV - adoção preferencial da modalidade de licitação denominada pregão, instituída pela Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, para a aquisição de bens e serviços comuns, assim considerados aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais no mercado”.

2.4.4 O título II de nossa Carta Magna prescreve os Direitos e Garantias Fundamentais. Dentro desse título, podemos destacar o **artigo 6º** estabelecendo a **“saúde”** como direito fundamental. Vejamos:

“Art. 6º. São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição”.



2.4.5 neste sentido, o objeto da presente contratação é comum, os padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos, mediante especificações usuais adotadas no mercado.

2.5 JUSTIFICATIVA – MENOR PREÇO POR LOTE

2.5.1 No presente certame optou-se por realizar a licitação em menor preço por lote, devido aos aspectos operacionais, e aspectos específicos do objeto, uma vez que, embora os itens que compõe o lote sejam hipoteticamente divisíveis, trata-se de prestação de serviços **MÉDICOS HOSPITALARES na área de ANESTESIOLOGIA**, seria inviável que houvesse mais de uma empresa vencedora do objeto, pois tal fato traria dificuldades para administração no controle e na periodicidade da realização dos serviços e objetivando aprimorar os atendimentos aos usuários do Sistema Único de Saúde, bem como aumentar a eficiência na prestação dos serviços de saúde ofertados a este público, tendo em vista a necessidade de melhorar o padrão de gestão das atividades e serviços de saúde oferecidos.

2.5.2 O não parcelamento do objeto em itens demonstra-se economicamente viável e não tem a finalidade de reduzir o caráter competitivo da licitação, visa, tão somente, assegurar a gerência segura da contratação, e principalmente, assegurar, não só a mais ampla competição necessária em um processo licitatório, mas também, atingir a sua finalidade e efetividade, que é a de atender a contento as necessidades da ECSP (Art. 99, § 3º, IN 02/ECSP/2023).

2.5.3 quanto à eventual restrição a concorrência em razão da exigência, não se aplica na presente licitação, visto que a grande maioria das empresas do ramo já atende aos clientes privados ou públicos da mesma forma, possibilitando a prestação dos serviços na forma como consta.

2.5.4 O TCU, por sua vez, se pronunciou através do Acórdão nº 732/2008, no seguinte sentido:

"... a questão da viabilidade do fracionamento deve ser decidida com base em cada caso, pois cada obra tem as suas especificidades, devendo o gestor decidir analisando qual a solução mais adequada no caso concreto". Assim, com destaque para os princípios da eficiência e economicidade, é imprescindível a licitação por lote único.

2.6 JUSTIFICATIVA DE NÃO EXCLUSIVIDADE PARA ME E EPP

2.6.1 é certo que a exclusividade às micro e pequenas empresas é a regra nos casos de licitações com valor estimado de até R\$ 80.000,00, conforme determina o art. 47, da Lei Complementar 123/2006 e art. 6º, do Decreto nº 8.538/2015. Contudo, existem exceções que podem ser avocadas pela Administração, desde que apresente as devidas justificativas, pois o tratamento diferenciado resulta de expressa disposição constitucional (CR/88, art. 170, IX), sendo seu dever esclarecer os motivos pelos quais decidiu que determinada licitação não será exclusiva.

2.6.2 nesse sentido, o art. 49 da Lei Complementar nº 123/06 proíbe a aplicação do disposto nos seus artigos 47 e 48, quando não houver o mínimo de três fornecedores competitivos enquadrados como microempresas ou empresas de pequeno porte sediadas local ou regionalmente e capazes de cumprir as exigências estabelecidas no instrumento convocatório (artigo 49, II, da LC 123/2006). Interpretando-se esse dispositivo, é possível chegar à conclusão de que caso na localidade não seja possível segregar ao menos 3 (três) fornecedores enquadrados como



ME ou EPP com a capacidade de cumprir as exigências do Edital, então a Administração poderá aplicar as regras excludentes do art. 49, II da LC nº 123/2006, permitindo a participação dos demais fornecedores interessados.

2.6.3 A não exclusividade para ME e EPP busca promover a concorrência no ambiente de licitação, permitindo que outras empresas de pequeno porte participem do processo. Isso amplia o leque de opções disponíveis para a administração pública, estimulando a competição saudável.

2.6.4 ao não restringir a participação exclusiva de ME e EPP, a administração pública tem uma gama mais ampla de fornecedores para escolher. Isso pode resultar em propostas mais variadas e adaptadas às necessidades específicas do órgão contratante.

2.6.5 deste modo, é temerária a tomada de decisão em favor da exclusividade, sendo prudente não restringir a competição. Caso conceda a exclusividade, sem os parâmetros adequados que garantam a existência de fornecedores capazes de atender a demanda, a Administração poderá conduzir uma licitação ineficaz, com elevado número de itens desertos e fracassados, em virtude da ausência de fornecedores. A ECSP seria levada a repetir o procedimento, o que aumentaria os custos da contratação, gerando prejuízos.

2.6.6 não se desconhece que a razão de ser da norma é promover o desenvolvimento econômico e social no âmbito local e regional, a ampliação da eficiência das políticas públicas e o incentivo à inovação tecnológica (artigo 47 da LC nº 123/06). Contudo, esta disposição deve ser interpretada à luz da Constituição Federal, da Lei nº 14.133/2021 (que estabelece normas gerais sobre licitações). A Constituição Federal prevê expressamente que no processo licitatório deve ser assegurada igualdade de condições a todos os concorrentes, ao passo que a Lei de Licitações dispõe que este se destina a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável.

2.6.7 Diante disso, considerando o risco presente na concessão da exclusividade e ausência de parâmetros que afastem esses riscos, considerando ainda que tal decisão preserva a competitividade do certame, garante a isonomia e possibilita a obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração, e que as ME e EPP terão garantidos os outros benefícios dispostos na Lei Complementar nº 123, de 2006, esta licitação não será exclusiva para Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, por conta da impossibilidade de identificar a existência de fornecedores competitivos enquadrados nessa categoria e sediados local ou regionalmente e capazes de cumprir as exigências estabelecidas neste instrumento convocatório.

3. DAS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS E FORMAÇÃO DOS PREÇOS:

3.1 MEMÓRIA DE CÁLCULO

3.1.1 com o objetivo de garantir maior efetividade, organização e aderência à realidade operacional de cada unidade hospitalar, a Empresa Cuiabana de Saúde Pública – ECSP, estruturará a presente licitação em lotes distintos, sendo um lote específico para cada hospital: Hospital Municipal de Cuiabá (HMC), Hospital Municipal São Benedito (HMSB).

3.1.2 essa divisão em lotes visa permitir que a ordem de início da prestação dos serviços seja definida de forma estratégica pela gestão municipal, conforme a disponibilidade orçamentária, o cronograma de retomada ou ampliação das cirurgias e as peculiaridades operacionais de cada hospital. Assim, a ativação de cada lote poderá



ocorrer de forma escalonada e conforme a necessidade real, conferindo à administração pública maior flexibilidade para planejar e executar a implantação dos serviços.

3.1.3 cada hospital possui características próprias de funcionamento, volume de cirurgias, composição das equipes e infraestrutura, o que justifica a separação por lotes e possibilita que as empresas interessadas participem da licitação com propostas específicas e aderentes à realidade de cada unidade. Esse modelo também favorece a concorrência, podendo ampliar a participação de empresas especializadas e fomentar a qualidade dos serviços prestados.

3.1.4 com essa abordagem, Empresa Cuiabana de Saúde Pública busca assegurar melhor planejamento, maior controle administrativo e contratual e a prestação de um serviço de anestesiologia compatível com as exigências técnicas, assistenciais e organizacionais de cada hospital da rede municipal de Cuiabá.

CIRURGIAS REALIZADAS – HOSPITAL MUNICIPAL LEONY PALMA DE CARVALHO -HMC												
EXERCÍCIO 2024												
ESPECIALIDADES	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
Bucomaxilo	16	11	20	20	10	14	12	23	19	22	18	13
Cirurgia Geral	120	81	87	87	90	79	83	67	80	75	76	94
Cirurgia Pediátrica	21	20	24	27	15	17	28	17	22	21	10	12
Cirurgia Plástica	18	26	24	35	38	35	36	38	35	38	38	38
Cirurgia Torácica	12	13	18	15	11	11	7	11	9	8	8	5
Cirurgia Vascular	10	18	19	13	12	19	14	19	14	22	9	9
Neurocirurgia	44	44	44	42	69	54	55	55	53	66	62	67
Oftalmologia	2	4	6	4	8	5	6	6	1	6	2	5
Ortopedia	353	322	325	353	411	380	393	363	412	404	348	343
Urologia	39	36	49	48	46	41	70	48	63	64	57	47
Endoscopia	5	6	14	10	6	8	10	12	16	9	13	16
Oncologia/Mastologia						1	1			1	1	



Cabeça e Pescoço					1	1		1	1		1	
Otorrinolaringologia					1							
Nefrologista												
TOTAL GERAL CIRURGIAS REALIZADAS	640	581	630	654	714	665	717	657	734	730	643	649
CIRURGIAS REALIZADAS – HOSPITAL MUNICIPAL LEONY PALMA DE CARVALHO -HMC												
EXERCÍCIO 2025												
ESPECIALIDADES	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
Bucomaxilo	13	10	18	18	10	11	9	15				
Cirurgia Geral	66	87	72	89	89	70	89	122				
Cirurgia Pediátrica	13	24	32	20	21	19	16	14				
Cirurgia Plástica	33	35	39	31	41	45	35	38				
Cirurgia Torácica	6	11	10	7	7	2	9	3				
Cirurgia Vascular	0	11	8	17	27	14	13	30				
Neurocirurgia	69	82	85	102	91	99	70	64				
Oftalmologia	4	1	3	5	6	6	9					
Ortopedia	410	316	379	381	400	433	413	470				
Urologia	52	56	59	78	65	61	103	72				
Endoscopia	18	15	11		12	3	12	12				
Oncologia/Mastologia			1	1	1	1	2					



Cabeça e Pescoço							2					
Otorrinolaringologia												
Nefrologista												
TOTAL PARCIAL CIRURGIAS REALIZADAS ATÉ MÊS 08/2025	684	648	717	749	770	764	782	840				

CIRURGIAS REALIZADAS – HOSPITAL MUNICIPAL SÃO BENEDITO - HMSB												
EXERCÍCIO 2024												
ESPECIALIDADES	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
Cirurgia Geral	29	24	15	47	6	1	6	25	13	27	17	11
Cirurgia Torácica	7	4	3	5	6	4	12	4	4	4	4	6
Cirurgia Vascular						1	12	2	5	1	2	4
Otorrino	29	18	19	13	18	20	13	17	20	13	14	10
Urologia	13	8	6	8	5	13	10	3	8	7	4	5
Biopsia de Próstata	18	21	20	16	15	23	21	20	23	23	21	19
TOTAL GERAL - 2024	96	75	36	89	50	62	74	71	73	86	62	54
CIRURGIAS REALIZADAS – HOSPITAL MUNICIPAL SÃO BENEDITO - HMSB												
EXERCÍCIO 2025												
ESPECIALIDADES	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
Cirurgia Geral	20	9	9	15	13	14	15	11				



Cirurgia Torácica	5	3	5	5	6	5	7	1				
Otorrino	14	11	10	13	7	11	7	11				
Biopsia de Próstata	20	22										
TOTAL PARCIAL- AGOSTO 2025	72	59	43	42	40	40	40	33				

3.2 ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO: (LOTE)

LOTE 01 - HMC					
Item	Descrição	Unid. de Medida	Qtde Est. total (diárias)	Valor Est. Unit R\$	Valor Est. Anual R\$
01	Serviços médicos hospitalar em anestesiologia para atender demanda do Hospital Municipal de Cuiabá- HMC . Conforme resolução CFM nº 2.174/2017	DIÁRIA	365	R\$ 25.796,82	R\$ 9.415.840,3950

Valor total do lote 01 - R\$ 9.415.840,3950.

LOTE 02 - HMSB					
Item	Descrição	Unid. de Medida	Qtde Est. total (diárias)	Valor Est. Unit R\$	Valor Est. Anual R\$
01	Serviços médicos hospitalar em anestesiologia para atender demanda do Hospital Municipal São Benedito- HMSB . Conforme resolução CFM nº 2.174/2017	DIÁRIA	365	R\$ 13.028,34	R\$ 4.755.347,3485

Valor total do lote 02 - R\$ 4.755.347,3485.

3.2.1 O processo terá o valor estimado global de **R\$ 14.171.187,7435 (quatorze milhões, cento e setenta e um mil, cento e oitenta e sete reais e setenta e quatro centavos)** conforme documentos acostados ao processo.

4. DO LOCAL, HORÁRIO DOS SERVIÇOS:

Empresa Cuiabana de Saúde Pública
Rua Orivaldo M. de Souza, s/n - Ribeirão do Lipa, Cuiabá - MT, 78000-000

DOCUMENTO ASSINADO POR LOGIN E SENHA POR: ISRAEL SILVEIRA PAÑIAGO (ASSINATURA) EM 04/12/2025 16:08:59

Lei nº 14.063, de 23 de setembro de 2020

VERIFIQUE A AUTENTICIDADE DESTA DOCUMENTO EM <https://cidadao.cuiaba.mt.gov.br/verificacao.aspx> INFORMANDO O CODIGO: 046714D8



4.1 DO LOCAL:

4.1.1 os serviços médicos deverão ser executados de forma contínua e integrada nas dependências da Unidade Hospitalar HMC e HMSB, nos seguintes endereços descritos abaixo:

HOSPITAL MUNICIPAL DE CUIABÁ DRº. LEONY PALMA DE CARVALHO – HMC Endereço: Rua Oriovaldo M. de Souza – S/Nº - Bairro Ribeirão do Lipa Cuiabá-MT / CEP – 78.048-178.
HOSPITAL MUNICIPAL SÃO BENEDITO – HMSB Endereço: Av. São Sebastião – 3.300 – Bairro Quilombo Cuiabá-MT / CEP – 78.015-808.

4.1.2 A Futura Contratada deverá iniciar a execução dos serviços em no máximo 30 (trinta) dias após assinatura do Contrato, Ordem de Serviço e/ou Empenho.

5. DA GARANTIA CONTRATUAL:

5.1 Para firmar o Contrato, a Empresa Contratada prestará garantia de adimplemento contratual de 3% (três por cento) do valor total do Contrato, no prazo de até 30 (trinta) dias da assinatura do Contrato, **nos moldes do art. 96 da Lei nº 14.133, de 2021 e art. 45 da IN 02/ECSP/2023;**

5.2 após término do Contrato, desde que cumpridas todas as obrigações assumidas, a garantia de que trata o item 5.1 será liberada e, quando em dinheiro, atualizada monetariamente, no prazo máximo de 30 (trinta) dias a contar do requerimento do interessado, por intermédio do serviço de Protocolo, dirigido ao Diretor Geral da ECSP, que deverá se manifestar quanto à execução contratual;

5.2.1 A liberação se dará mediante autorização do Diretor Geral da ECSP, após parecer jurídico.

5.3. DA SUBCONTRATAÇÃO

5.3.1 é vedada a subcontratação de outra empresa para o fornecimento do objeto da contratação, salvo a devida autorização da ECSP, nos termos do art. 78 da Lei Nº 13.303/2016 e art. 140 da IN 02/ECSP/2023.

5.3.2 não realizar subcontratação dos serviços previstos neste Termo de Referência sem anuência da CONTRATANTE:

a) no caso de subcontratação autorizada pela Contratante, a Contratada continuará a responder direta e exclusivamente pelos serviços e pelas responsabilidades legais e contratuais assumidas;

b) A subcontratação limitar-se-á 30% (trinta por cento) do objeto contratado.

6. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

A empresa contratada obriga-se a:

6.1 apresentar, até o dia 20 de cada mês, à Direção Clínica e Técnica, a escala mensal mínima dos plantonistas para o mês subsequente, com a seguinte distribuição:

a) 4 médicos anestesiológicos no HMC;

b) 2 médicos anestesiológicos no HMSB;

6.2 A duração sugerida dos plantões é de 12 horas (das 7h às 19h), sendo permitido ampliar o número de profissionais, conforme necessidade do serviço.

6.3 designar um médico responsável técnico, especialista em anestesiologia, para cada hospital durante toda a vigência contratual.



- 6.4** justificar, nos prontuários dos pacientes, todas as recusas à realização de procedimentos anestésicos, para apreciação da Direção Técnica.
- 6.5** Fornecer alimentação aos profissionais durante o período de serviço.
- 6.6** preencher adequadamente a documentação anestésica, com mínimo de 24 dos 26 itens exigidos, incluindo:
- 6.6.1** Visita Pré-Anestésica: diagnóstico, comorbidades, hábitos (tabagismo/etilismo), alergias, medicações, cirurgia e anestesia propostas, exame físico, exames laboratoriais e medicação pré-anestésica;
 - 6.6.2** Boletim de Anestesia: posição do paciente, horários da anestesia e cirurgia, técnicas e fármacos utilizados, sinais vitais, hidratação, sangramento, diurese, cirurgia realizada, complicações, e dados da recuperação pós-anestésica.
- 6.7** acompanhar o transporte do paciente até a UTI, transferindo-o aos cuidados do médico plantonista, quando necessário.
- 6.8** Informar à CONTRATANTE, por escrito, qualquer alteração em sua razão social, quadro societário ou diretoria, apresentando documentação comprobatória no prazo de até 30 dias.
- 6.9** cumprir as diretrizes e princípios do SUS, conforme estabelecido no art. 198 da Constituição Federal e na Política Nacional de Humanização.
- 6.10** manter os prontuários dos pacientes atualizados no sistema eletrônico, com evoluções diárias e documentação necessária ao faturamento.
- 6.11** assegurar a identificação de seus profissionais por meio de crachás com foto, bem como o uso de uniformes nas dependências hospitalares.
- 6.12** assumir total responsabilidade sobre seus profissionais, zelando pela qualidade, eficiência e cumprimento das obrigações contratuais.
- 6.13** corrigir, prontamente, todas as falhas apontadas pela CONTRATANTE na execução dos serviços.
- 6.14.** Recrutar e contratar, sob sua exclusiva responsabilidade, equipe técnica compatível com a demanda, arcando com todas as obrigações legais, trabalhistas, previdenciárias, tributárias e indenizatórias.
- 6.15.** Manter, durante a vigência contratual, todas as condições de habilitação exigidas no processo de contratação.
- 6.16.** Disponibilizar recursos humanos próprios, em número suficiente, para o pleno atendimento das metas e exigências técnicas.
- 6.17.** Cumprir integralmente o objeto contratado conforme especificado no Termo de Solicitação.
- 6.18.** Responder por todos os danos causados à CONTRATANTE ou a terceiros decorrentes da execução do contrato.
- 6.19.** Cumprir fielmente todas as cláusulas contratuais estabelecidas.
- 6.20.** Empregar todo o conhecimento técnico necessário à perfeita execução do objeto contratado.
- 6.21.** Declarar inexistência de vínculo empregatício com a CONTRATANTE, exceto aquele derivado deste contrato.
- 6.22.** Obedecer às normas de segurança do trabalho e aos regimentos internos do HMC e do HMSB.
- 6.23.** Manter canais de comunicação eficazes, com pelo menos um telefone fixo e um celular, para contato direto com o responsável pela supervisão dos serviços.
- 6.24.** Apresentar à CONTRATANTE, antes do início dos serviços, a escala médica composta pelos profissionais habilitados na análise técnica do certame.



- 6.25.** Substituir qualquer profissional no prazo de 24 horas, por razões técnicas ou disciplinares, mediante comunicação prévia à contratante.
- 6.26.** Declarar-se devidamente habilitada, conforme legislação vigente, e destinar apenas profissionais aptos para a execução dos serviços.
- 6.27.** Arcar com todas as despesas necessárias à execução do contrato (pecuniárias, logísticas e operacionais).
- 6.28.** Apresentar mensalmente os comprovantes de pagamento dos profissionais, conforme escala apresentada.
- 6.29.** Assumir integral responsabilidade por prejuízos decorrentes de seus serviços ou da conduta de seus colaboradores.
- 6.30.** Assumir responsabilidade técnica pelos serviços prestados e pelas informações geradas.
- 6.31.** Prestar os serviços contratados a todos os usuários da contratante, conforme objeto do Termo de Solicitação.
- 6.32.** Coibir qualquer conduta ofensiva por parte de seus sócios, diretores ou colaboradores em relação à CONTRATANTE.
- 6.33.** Elaborar relatórios, laudos, emitir AIHs e preencher quaisquer formulários exigidos pela gestão hospitalar ou pelo SUS.
- 6.34.** Não substituir médicos habilitados por residentes ou estagiários nas escalas apresentadas.
- 6.35.** O fornecimento de refeições aos prestadores será de responsabilidade da CONTRATADA, sem ônus à CONTRATANTE, mesmo que sejam adquiridas junto ao fornecedor da CONTRATANTE.
- 6.36.** Cumprir o Código de Ética e as normas administrativas internas da CONTRATANTE.
- 6.37.** Disponibilizar equipe técnica suficiente para cumprimento das metas e das exigências da contratante.
- 6.38.** Manter os serviços regulares e o número mínimo de profissionais, responsabilizando-se por prejuízos decorrentes de sua ausência.
- 6.39.** Responder por todas as obrigações legais, fiscais e trabalhistas, isentando a Administração Pública de qualquer responsabilidade solidária.
- 6.40.** Assumir total responsabilidade por erros administrativos, civis ou penais decorrentes dos serviços prestados.
- 6.41.** Apresentar à CONTRATANTE relação nominal dos profissionais alocados, incluindo substituições, com os respectivos títulos e registros atualizados no CRM.
- 6.42.** Utilizar exclusivamente profissionais habilitados, sendo facultado à CONTRATANTE exigir substituição de profissionais que não atendam às exigências contratuais.
- 6.43.** Informar com no mínimo 5 dias de antecedência qualquer alteração na escala médica, enviando documentação à Unidade de Saúde.
- 6.44.** Substituir de imediato qualquer profissional cuja ausência seja identificada, mantendo a equivalência técnica do substituto.
- 6.45.** Corrigir todas as deficiências apontadas pela CONTRATANTE, sob pena de sanções contratuais.
- 6.46.** Apresentar índice Multiplicador Variável que mensure a qualidade e eficiência dos serviços prestados.
- 6.47.** Executar todos os serviços em conformidade com o edital, seus anexos e o contrato firmado, independentemente de transcrição no corpo contratual.

7 DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:

Empresa Cuiabana de Saúde Pública
Rua Orivaldo M. de Souza, s/n - Ribeirão do Lipa, Cuiabá - MT, 78000-000

DOCUMENTO ASSINADO POR LOGIN E SENHA POR: ISRAEL SILVEIRA PANIAGO (ASSINATURA) EM 04/12/2025 16:08:59

Lei nº 14.063, de 23 de setembro de 2020
VERIFIQUE A AUTENTICIDADE DESTA DOCUMENTO EM <https://cidadao.cuiaba.mt.gov.br/verificacao.aspx> INFORMANDO O CODIGO: 046714D8



- 7.1.** Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, conforme as cláusulas do contrato e as condições constantes de sua proposta.
- 7.2.** Acompanhar e fiscalizar a execução dos serviços, por meio de servidor formalmente designado, registrando eventuais falhas em documento próprio, com a devida identificação do dia, mês, ano e, quando aplicável, o nome dos empregados envolvidos, encaminhando tais registros à autoridade competente para adoção das medidas cabíveis.
- 7.3.** Notificar a Contratada, por escrito, sobre a ocorrência de imperfeições, falhas ou irregularidades durante a execução dos serviços, fixando prazo para correção e certificando-se da adequação das soluções propostas.
- 7.4.** Comunicar formalmente à Contratada qualquer irregularidade identificada no objeto fornecido, solicitando a devida substituição, reparo ou correção.
- 7.5.** Efetuar o pagamento dos valores devidos à Contratada, conforme condições e prazos estipulados no Termo de Solicitação.
- 7.6** Abster-se de praticar atos de ingerência na administração interna da Contratada, especialmente:
- 7.6.1** exercer poder de mando sobre os empregados da Contratada, devendo manter contato apenas com os prepostos ou responsáveis por ela designados, salvo nos casos em que a natureza do serviço exigir atendimento direto, como recepção ou apoio ao usuário;
- 7.6.2** interferir na contratação de pessoal pela Contratada.
- 7.7.** Fornecer por escrito todas as informações necessárias ao adequado desenvolvimento dos serviços contratados.
- 7.8.** Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços executados, após seu recebimento.
- 7.9.** Informar ao órgão de representação judicial da ECSP sobre eventuais descumprimentos contratuais por parte da Contratada, para adoção das medidas legais pertinentes.
- 7.10.** Manter arquivados todos os documentos relativos à contratação, tais como projetos, plantas “as built”, especificações técnicas, orçamentos, termos de recebimento, contratos e aditivos, relatórios de inspeções técnicas e notificações emitidas.
- 7.11.** Verificar, no prazo estabelecido, a conformidade dos bens ou serviços recebidos provisoriamente com as especificações contidas no Termo de Solicitação e na proposta apresentada, para fins de aceitação e recebimento definitivo.
- 7.12.** Permitir o acesso dos representantes da Contratada aos locais de execução dos serviços, desde que devidamente identificados, assegurando as condições necessárias para a realização das atividades contratadas.
- 7.13.** Receber o objeto contratado nos prazos e condições estabelecidos no Termo de Referência e seus respectivos anexos.
- 7.14.** Ressaltar que a Administração Pública não se responsabilizará por compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que relacionados à execução deste contrato, nem por danos causados a terceiros por atos da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

8. DO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS:



8.1 os responsáveis para efetuarem o acompanhamento e a fiscalização serão designados através de PORTARIA que será publicada posteriormente,

8.2 Caberá ao Fiscal, conferir e atestar a Nota Fiscal emitida pela empresa CONTRATADA, encaminhando-a diretamente à Coordenadoria Administrativa de Transporte - CAT da Empresa Cuiabana de Saúde Pública, devidamente acompanhada dos documentos e relatório de fiscal.

8.3 A verificação da adequação dos serviços prestados deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Termo.

8.4 A fiscalização do contrato, ao verificar que houve descumprimento das diretrizes de produtividade e qualidade pactuadas, deverá efetuar o registro formal e a glosa de valores como previsto no contrato e comunicar à autoridade responsável para que esta promova o diálogo com a prestadora, de modo a evitar novos agravos ao serviço, sem prejuízo da aplicação de todas penalidades previstas;

8.5 O representante da CONTRATANTE deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais;

8.6 O descumprimento total ou parcial das obrigações e responsabilidades assumidas pela CONTRATADA ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste Termo e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos artigos 82 a 84 da Lei nº 13.303/2016.

8.7 as atividades de gestão e fiscalização da execução contratual devem ser realizadas de forma preventiva, rotineira e sistemática, podendo ser exercidas por servidores, equipe de fiscalização ou único servidor, desde que, no exercício dessas atribuições, fique assegurada a distinção dessas atividades e, em razão do volume de trabalho, não comprometa o desempenho de todas as ações relacionadas à Gestão do Contrato.

8.8 durante a execução do objeto, o fiscal técnico deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer à CONTRATADA a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas.

8.9 O fiscal técnico deverá apresentar ao preposto da CONTRATADA a avaliação da execução do objeto.

8.10 em hipótese alguma, será admitido que a própria CONTRATADA materialize a avaliação de desempenho e qualidade dos serviços prestados, mas somente que a submeta ao fiscal;

8.11 O fiscal técnico poderá realizar avaliação diária, semanal ou mensal, desde que o período escolhido seja suficiente para avaliar ou, se for o caso, aferir o desempenho e qualidade da prestação de serviços.

8.12 A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, AINDA que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da CONTRATANTE ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade com o artigo 76 da Lei nº 13.303/2016.

8.13 O Fiscal poderá a qualquer momento solicitar que a CONTRATADA comprove o pagamento aos prestadores de serviços a este processo.

8.14 O Fiscal do Contrato acompanhará mensalmente as planilhas apresentadas pela contratante referente ao ÍNDICE MULTIPLICADOR VARIÁVEL podendo inclusive, utilizar os referidos índices para fins de glosa da nota fiscal.

9. DA NOTA FISCAL/FATURA E DOCUMENTOS QUE ACOMPANHAM:

9.1 A Nota Fiscal/Fatura deverá ser emitida em duas vias somente após o recebimento da Nota de Empenho e deverá conter as seguintes descrições:

- a) Razão Social;
- b) Número da Nota Fiscal/Fatura;
- c) Data da Emissão;
- d) Nome da Unidade Hospitalar;
- e) Descrição do Serviço;
- f) Plantões realizados, escalas e documentos pertinentes;
- g) Dados Bancários (nome e número do banco, número da agência, número da conta corrente);
- h) Número do Contrato;
- i) Número do Empenho.



9.2 A Nota Fiscal deverá ser protocolada pela **CONTRATADA** no **PROTOCOLO CENTRAL ADMINISTRATIVO DO HOSPITAL MUNICIPAL DE CUIABÁ – SEDE DA EMPRESA CUIABANA DE SAÚDE PÚBLICA**, com as devidas certidões fiscais vigentes com direcionamento ao setor Diretoria Administrativa Financeira - DAF;

9.3 A data de apresentação da Nota Fiscal será registrada nos autos do processo no sistema informatizado de controle de processo;

9.4 Caso constatado alguma irregularidade na Nota Fiscal, esta será devolvida a Contratada para as necessárias correções informado o motivo que motivaram a sua rejeição.

9.5 Somente após o recebimento da Nota Fiscal devidamente corrigida é que se iniciará a contagem dos prazos fixados para pagamento à partir da data de sua reapresentação.

9.6 deverá obrigatoriamente fazer acompanhar da Nota Fiscal, todas as certidões de regularidade fiscais, devidamente válidas:

- a) Certidão de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União;
- b) Certidão Negativa de Débito Fiscal (CND), expedida pela Agência Fazendária da Secretaria de Estado de Fazenda do domicílio tributário da Contratada, **observando que no caso do Estado de Mato Grosso, deverá ser específica para participações de licitações públicas;**
- c) Certidão quanto à Dívida Ativa do Município da sede da licitante;
- d) Certificado de Regularidade relativo à Seguridade Social e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviços (FGTS);
- e) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT);
- f) Lista de Inidôneas do TCU;

10. DO PAGAMENTO:

10.1 O pagamento será efetuado em até no máximo 30 (trinta) dias após a apresentação e atesto da Nota Fiscal/Fatura.

10.2 considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura no momento em que o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.

10.3 A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal.

10.4 havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à prestação de serviços, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

10.5 será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

10.6 Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no Termo de Referência.

10.7 constatando-se, a situação de irregularidade da Fornecedora, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

10.8 não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da Fornecedora, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

10.9 persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

10.10 havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao órgão fiscal.

10.11 Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

10.12 A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.



10.13 nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

EM = I x N x VP, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = \frac{(TX)}{365} = \frac{(6 / 100)}{365} \quad I = 0,00016438 \quad TX = \text{Percentual da taxa anual} = 6\%$$

10.14 DA FORMA DE REMUNERAÇÃO PELOS SERVIÇOS PRESTADOS

10.14.1 A contratação dos serviços de anestesiologia será realizada com remuneração baseada no modelo de diária de serviço prestado, e não por procedimento individualizado ou por número de profissionais alocados.

10.14.2. Esse modelo de pagamento foi adotado considerando a natureza contínua, essencial e integrada da anestesiologia dentro do contexto hospitalar, em que a atuação do anestesiológico abrange não apenas o ato anestésico em si, mas também atividades complementares fundamentais, como:

- Avaliação pré-anestésica (obrigatória para procedimentos eletivos);
- Acompanhamento pós-anestésico imediato;
- Participação em procedimentos de urgência/emergência;
- Suporte clínico em intercorrências cirúrgicas;
- Plantões presenciais e sobreavisos.

10.14.3. Dessa forma, a diária corresponderá à prestação integral do serviço de anestesiologia em cada unidade hospitalar durante o período acordado (turno/dia), englobando todos os atendimentos realizados e as obrigações estabelecidas contratualmente, independentemente da quantidade de cirurgias ou profissionais mobilizados.

10.14.4. Esse formato contribui para garantir previsibilidade orçamentária, facilitar o controle e a fiscalização da execução contratual e evitar distorções na distribuição da carga de trabalho. Além disso, incentiva a contratada a organizar suas equipes de forma eficiente, desde que sejam assegurados os parâmetros de qualidade, cobertura e produtividade exigidos.

10.14.5 A adoção da remuneração por diária reforça o compromisso da gestão com um modelo contratual mais transparente, eficiente e alinhado às boas práticas de gestão hospitalar no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS).

10.15 DOS PAGAMENTOS, DOS ACRÉSCIMOS E PENALIDADES EM DECORRÊNCIA DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

10.15.1 O pagamento pela prestação do Serviço Médico Hospitalar, referente à demanda dos Hospitais Municipal de Cuiabá - HMC e Hospital Municipal São Benedito – HMSB, (abrangendo anestesia geral, regional, sedação e visita pré-anestésica), será apurado mensalmente e composto por três elementos:

Total = [Valor Pré-fixado (diária x nº de diárias do mês) + Valor Pós-fixado (soma dos valores dos procedimentos executados e devidamente documentados)] x IMV apurado

10.15.2. Pré-fixado:



Este componente corresponde à remuneração pela disponibilidade da equipe médica de anestesiológicos responsável pela realização dos procedimentos.

10.15.2.1. Requisitos para a equipe médica:

- a) O dimensionamento da equipe deve obedecer à legislação vigente, especialmente à Resolução CFM nº 2.174/2017, assegurando cobertura adequada para o atendimento da demanda, tanto adulta quanto pediátrica.
- b) os profissionais devem possuir qualificação compatível com a especialidade de anestesiologia (RQE ou Certificado de Residência Médica).
- c) Todos os médicos integrantes do corpo clínico devem estar registrados no Conselho Regional de Medicina do Estado de Mato Grosso.
- d) as visitas pré-anestésicas devem ocorrer preferencialmente no dia anterior à cirurgia.
- e) Cirurgias de urgência devem ser atendidas 24 horas por dia, 7 dias por semana, sem exceção. Cirurgias eletivas poderão ter início até as 22h.
- f) A contratação e manutenção de pessoal administrativo de apoio à equipe médica serão de responsabilidade exclusiva da contratada.

10.15.3. Pós-fixado:

Refere-se à remuneração pela produtividade, conforme a execução dos procedimentos obrigatórios indicados na Tabela de Referência (Anexo 1).

10.15.3.1. Critérios de cálculo:

- a) corresponderá à soma dos procedimentos executados e auditados mensalmente.
- b) os valores pagos considerarão os valores da Tabela SIGTAP/SUS, incluindo os valores de Serviço Profissional e Serviço Ambulatorial, quando aplicável.
- c) Procedimentos com valor de R\$ 0,00 na Tabela SIGTAP deverão ser executados e documentados normalmente, para fins de controle e auditoria.
- d) somente serão pagos os procedimentos aprovados pela gestão de contas, com prontuário completo e Autorização de Internação Hospitalar (AIH) devidamente preenchida.
- e) Procedimentos não documentados corretamente ou impassíveis de faturamento não serão pagos.
- f) A contratada deverá enviar listagem completa e mensal dos procedimentos executados, a qual será verificada e conferida pelo contratante.

10.15.4 índice Multiplicador Variável (IMV):

Este índice avalia a qualidade e eficiência da prestação dos serviços, podendo gerar:

- a) Acréscimo percentual (em caso de desempenho superior);
- b) Decréscimo percentual (em caso de não conformidades).

10.15.4.1. Aplicação do IMV:

10.15.4.1.1 O IMV tem valor padrão de 1. Após avaliação mensal conforme critérios estabelecidos, poderá assumir valores acima ou abaixo de 1.

10.15.4.1.2 Esse índice será aplicado sobre a soma dos valores pré-fixado e pós-fixado, no fechamento mensal do pagamento.



Índice Multiplicador Variável

Tipo de Índice	Condição	Valor do Índice
Índice Multiplicador Variável Positivo	Taxa de Complicações Anestésicas Iatrogênicas e Acidentais < 7% no mês de apuração	1,00%
Índice Multiplicador Variável Positivo	Preenchimento perfeito da Documentação de Anestesia (conforme edital) em >95% dos pacientes anestesiados no mês de apuração	1,00%
Índice Multiplicador Variável Negativo	Mais de 5 recusas não justificadas no prontuário para executar procedimentos constantes na tabela de referência no mês de apuração	-2,00%
Índice Multiplicador Variável Negativo	Mais de 5 reclamações na ouvidoria avaliadas e contabilizadas pela Direção Técnica do Hospital no mês de apuração	-2,00%
Índice Multiplicador Variável Negativo	Mais de 5% de cirurgias programadas executadas sem visita pré-anestésica no mês de apuração	-2,00%
Índice Multiplicador Variável Negativo	Mais de 5 ocorrências de demora superior a 15 min. em cirurgias de emergência ou atraso >30 min. em cirurgias programadas por ausência do anestesiológico	-2,00%
Índice Multiplicador Variável Negativo	Mais de 2 ocorrências recebidas na Comissão de Ética Médica dos Hospitais no mês de apuração	-2,00%

11. DO REAJUSTE:

11.1 é admitido o reajustamento dos preços dos contratos oriundos da ata de registro de preços, desde que seja observado o interregno mínimo de 12 (doze) meses;

11.2 para o reajustamento dos preços unitários contratados deverá ser observada a legislação vigente, sendo observada atualização monetária entre a data dos adimplementos das obrigações e a do efetivo pagamento;

11.3 decorrido o prazo estipulado, após solicitação expressa, será aplicado o IPCA;

11.4 O cálculo do índice atualizará os preços conforme a variação dos últimos 12 (doze) meses, tendo por marco inicial a data limite para apresentação da proposta;

11.5 nos reajustes subsequentes ao primeiro, a anualidade será contada da data do último reajuste;

11.6 O reajuste de preços dependerá da realização de pesquisa de mercado que demonstre a vantajosidade, para a ECSP, das condições e dos preços contratados;



11.7 os reajustes serão formalizados por meio de apostilamento, exceto quando coincidirem com a prorrogação contratual, em que deverão ser formalizados por aditamento;

11.8 O reajuste não interfere no direito das partes de solicitar, a qualquer momento, a manutenção do equilíbrio econômico do contrato.

12. DAS EXIGÊNCIAS HABILITATÓRIAS:

Documentações Específicas Exigidas:

Habilitação/Qualificação	Fundamentação	Exigências	
		Sim	Não
Da Habilitação Jurídica	Art. 58, Inciso I da Lei 13.303/2016	X	
Da Regularidade Fiscal e Trabalhista	Art. 58, Inciso I da Lei 13.303/2016	X	
Da Qualificação Técnica	Art. 58, Inciso II da Lei 13.303/2016	X	
Da Qualificação Econômico-Financeira	Art. 58, Inciso III da Lei 13.303/2016	X	
Declaração Complementares	Conforme Exigências elencadas no processo		X

12.1 Da Habilitação Jurídica:

12.1.1 Cópia da célula da identidade do representante legal;

12.1.2 Cópia do Ato Constitutivo da empresa devidamente arquivado no órgão competente, juntamente com as suas alterações e consolidação.

12.1.3 Prova de inscrição no Cadastro de Pessoa Física (CPF) ou no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ/MF).

12.2 Da Regularidade Fiscal e Trabalhista:

12.2.1 Prova de Inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual ou Municipal, se houver relativo ao domicílio ou sede da empresa, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto deste processo;

12.2.2 Prova de regularidade para com a Fazenda Federal, Certidão de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União (com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 02/10/2014), podendo ser retirada através dos sites: www.receita.fazenda.gov.br ou www.pgfn.fazenda.gov.br;

12.2.3 Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual, Certidão Negativa de Débito Fiscal (CND), expedida pela Agência Fazendária da Secretaria de Estado de Fazenda do domicílio tributário da empresa, observando que no caso do Estado de Mato Grosso, deverá ser específica para participação em licitações públicas, sendo expedida pelo site: www.sefaz.mt.gov.br;

12.2.4 Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal, Certidão quanto à Dívida Ativa do Município da sede da empresa, com validade na data de apresentação da proposta;

12.2.5 Certificado de Regularidade relativo ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais com validade na data de apresentação da proposta, onde poderá ser retirada no Site: www.caixa.gov.br;

12.2.6 Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1º de maio de 1943.

12.3 Da Qualificação Econômico-Financeira:

Qualificação econômico-financeira será exigido do licitante a apresentação dos seguintes documentos:

12.3.1 Certidão negativa de falência, recuperação judicial ou extrajudicial expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;

12.3.2 A certidão, se não contiver indicação de data de validade, deverá ser expedida até 60 (sessenta) dias antes da data de abertura da licitação.



12.3.3 caso a certidão, seja emitida na forma positiva para recuperação judicial, a licitante poderá apresentar, em substituição, decisão judicial que garanta sua participação mesmo que em processo de recuperação.

12.3.4 Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios;

12.3.4.1 As microempresas e as empresas de pequeno porte, que preencham as condições estabelecidas no art. 34 da Lei nº. 11.488/07 estão dispensadas do balanço patrimonial apenas para fins fiscais, **assim, para a presente licitação, é OBRIGATÓRIA a apresentação desta peça.**

12.3.4.2 No caso de empresa constituída no exercício social vigente, admite-se a apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao período de existência da sociedade (devidamente registrado no órgão competente);

12.3.4.3 É admissível o balanço intermediário, se decorrer de lei ou contrato social/estatuto social.

12.3.4.4 Caso o licitante seja cooperativa, tais documentos deverão ser acompanhados da última auditoria contábil-financeira, conforme dispõe o artigo 112 da Lei nº 5.764, de 1971, ou de uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador;

12.3.4.5 **NÃO** serão admitidos balanço patrimonial, DRE e termos de abertura e encerramento, parte em "Livro Diário", parte em "Registro Digital" ou parte em "ECD" ou "SPED". Devendo o licitante optar por uma das formas de apresentação.

12.3.5 A comprovação da situação financeira da empresa será constatada mediante apresentação de planilha com obtenção dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), igual ou superior a 01 (um) resultantes da aplicação das fórmulas:

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

12.3.6 Caso o resultado de qualquer dos índices seja menor que 1 (um), o Licitante deverá apresentar as informações contábeis, na forma da lei, a fim de comprovar que possui capital social registrado ou patrimônio líquido igual ou superior a 10% (dez por cento) sobre valor estimado da contratação ou dos itens pertinentes.

12.3.7 JUSTIFICATIVA DOS ÍNDICES CONTÁBEIS

Depreende-se, preliminarmente, quatro características a respeito da forma de se apurar a qualificação econômico-financeira do solicitante:

- e) Boa situação financeira deverá ser comprovada de forma objetiva, ou seja, concreta, exata;
- f) Os índices contábeis deverão estar expressos no ato convocatório;
- g) O índice escolhido deverá estar justificado no processo; e
- h) Será vedada a utilização de índices não adotados usualmente.

Realizada pesquisa na legislação específica e em órgãos que promovem procedimentos licitatórios, constatou-se a utilização dos seguintes índices contábeis, conclusivamente, os mais adotados no segmento de licitações:

ÍNDICE DE LIQUIDEZ GERAL – ILG

ILG = $\frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Ativo não Circulante}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo não Circulante}}$



Índice de Liquidez Geral (ILG) indica quanto a empresa possui em disponibilidades, bens e direitos realizáveis no curso do exercício seguinte para liquidar suas obrigações, com vencimento neste mesmo período.

ÍNDICE DE LIQUIDEZ CORRENTE – ILC

ILC = Ativo Circulante Passivo

Circulante

Índice de Liquidez Corrente (ILC) indica quanto a empresa possui em recursos disponíveis, bens e direitos realizáveis a curto prazo, para fazer face ao total de suas dívidas de curto prazo.

ÍNDICE DE SOLVÊNCIA GERAL – ISG

ISG=Ativo

Total

Passivo Circulante + Passivo não Circulante

O índice de Solvência Geral expressa o grau de garantia que a empresa dispõe em Ativos (totais), para pagamento do total de suas dívidas. Envolve além dos recursos líquidos, também os permanentes.

Para os três índices colacionados (ILG, ILC e ISG), o resultado “> 1” é indispensável à comprovação da boa situação financeira, sendo certo que, quanto maior o resultado (1,20; 1,30; 1,50; etc), melhor será a condição da empresa.

ÍNDICES CONTÁBEIS – Situação – ILC, ILG e ISG

- < (menor) que 1,00: Deficitária
- 1,00 a 1,35: Equilibrada
- (Maior) que 1,35: Satisfatória

Diante de todo o exposto, conclui-se pela adoção dos índices que retratam situação financeira equilibrada e que aumentam consideravelmente o universo de competidores:

- ILG: maior ou igual a 1,00; e,
- ISG: maior ou igual a 1,00.

Portanto, o atendimento aos índices estabelecidos no Edital, demonstrará uma situação EQUILIBRADA da licitante. Caso contrário, o desatendimento dos índices revelará uma situação DEFICITÁRIA da empresa, colocando em risco a execução do contrato.

Ante o exposto, a exigência do Edital nada mais fez que traduzir em critérios objetivos o disposto no art. 37, XXI, da Constituição Federal, uma vez que a contratação de empresas em situação EQUILIBRADA é o mínimo que a Empresa Cuiabana de Saúde Pública deve cercar-se para assegurar o integral cumprimento do contrato. Ademais, os índices escolhidos foram democráticos, na medida em que estabelecem um “mínimo” de segurança na contratação.

12.4 Da Qualificação Técnica:

As empresas licitantes deverão comprovar a qualificação técnica, por meio da apresentação dos seguintes documentos:

12.4.1 Apresentar atestado(s) de capacidade técnica, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, contendo nome da empresa, endereço, nome do profissional responsável, telefone da entidade atestadora e a descrição dos serviços, comprovando que a empresa presta ou prestou os serviços de acordo com o objeto deste certame, ATESTANDO A EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS EM ANESTESIOLOGIA. O atestado deverá ser apresentado em papel timbrado, no caso atestados emitidos por clínicas e instituições hospitalares particulares o atestado apresentado poderá ser diligenciado junto ao CRM para comprovação do cadastro da empresa prestadora no período da prestação do serviço.



12.4.2 Registro ou inscrição da empresa no Conselho Regional de Medicina competente;

12.4.3 Alvará de fiscalização fornecido pela Serviço de Vigilância Sanitária da Secretaria de Saúde da sede do fornecedor;

12.4.4 Alvará de funcionamento em plena validade-prefeitura

12.5 Qualificação Técnico-Profissional:

12.5.1 Responsável Técnico da empresa registrado no Conselho Competente (CRM), com a devida comprovação.

12.5.2 Comprovação de vínculo do responsável técnico com a empresa, mediante apresentação de: contrato social (caso seja sócio), carteira de trabalho, contrato de prestação de serviços, ficha de registro de empregado ou outro documento equivalente.

12.6 Documentações Complementares:

12.6.1. Apresentar Declaração que não possuem no quadro de empregados (s) menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, e menores de 16 (dezesseis) anos, em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, nos termos do inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal e inciso V, art.27, da Lei 13.303/2016, com redação determinada pela Lei nº. 9.854/1999.

12.7 Da visita Técnica/Vistoria:

12.7.1 A Empresa licitante **poderá vistoriar o local onde serão executados os serviços**, examinado as áreas do Hospital, pertinente a este objeto, e eventuais dificuldades para execução dos serviços;

12.7.2 A vistoria não é de caráter obrigatório, podendo a empresa licitante participar de todo o certame, mesmo que não vistorie o local;

12.7.3 A empresa licitante que optar pela não vistoria do local não poderá, em hipótese alguma, descumprir qualquer regra, decisão de acordo consequente deste Termo, devendo ainda apresentar a Declaração de Dispensa de Visita/Vistoria, conforme Anexo IX do edital, empresa que não vistoriar o local será tratada nas mesmas condições daquela que vistoriou.

12.7.4 Caso a empresa opte por realizar a visita/vistoria a mesma deverá apresentar a Declaração de Visita/Vistoria conforme Anexo VIII do edital.

12.7.5 A empresa licitante que optar pela vistoria deverá agendá-la em dias úteis, das 08h00min às 12h00min e das 14h00min às 17h00min, no setor de Diretoria Técnica - HMC, devendo ser efetivada em até 02 (dois) dias úteis antes da data fixada para a sessão pública, deverá agendar encaminhando a solicitação por e-mail para: diretoriatec.hmc@cuiaba.mt.gov.br, telefone (65) 3318-6968

12.8 caso a proposta mais vantajosa seja ofertada por licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, e uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, a mesma será convocada, no prazo de 5 dias úteis, após a verificação da habilitação, para comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da administração pública, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.

12.9 A não regularização fiscal e trabalhista no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação. Se, na ordem de classificação, seguir-se outra microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa com alguma restrição na documentação fiscal e trabalhista, será concedido o mesmo prazo para regularização.

12.10 Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade.



12.11 será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.

13. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA:

13.1. A proposta final do licitante declarado vencedor deverá ser encaminhada no prazo de 02 (duas) horas, a contar da solicitação do Pregoeiro no sistema eletrônico e deverá:

13.1.1 Menor Valor por lote;

13.2 Descrição detalhada do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência e anexos;

13.3 Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.

13.4 nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens, bem como deduzidos quaisquer descontos que venham a ser concedidos.

13.5 os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

13.6 O prazo de validade da proposta não será inferior a 90 (noventa) dias, a contar da data de sua apresentação.

13.7 os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

13.7.1 O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a fiscalização do Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobre preço na execução do contrato.

13.8 casos a proposta mais vantajosa seja ofertada por licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, e uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, a mesma será convocada, no prazo de 5 dias úteis, após a verificação da habilitação, para comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da administração pública, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.

13.9 A não regularização fiscal e trabalhista no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação. Se, na ordem de classificação, seguir-se outra microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa com alguma restrição na documentação fiscal e trabalhista, será concedido o mesmo prazo para regularização.

13.10 Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade.

13.10 será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.



14. DO CONTRATO:

14.1 O período de vigência do contrato oriundo do Pregão Eletrônico, será de 12 (doze) meses contados da data da assinatura, e por se tratar de serviços a serem executados de forma contínua, poderá ser prorrogada por iguais ou sucessivos períodos com vistas à obtenção de preços e condições mais vantajosas a administração, limitada a 05 (cinco) anos (Inciso II do Artigo 71 da Lei nº 13.303/16).

14.2 A adjudicatária terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato ou aceitar o instrumento equivalente, conforme o caso, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

14.3 alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato ou aceite/retirada do instrumento equivalente, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura ou aceite, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinado/retirado no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da data de seu recebimento.

14.4 no ato da assinatura do contrato, a empresa contratada, deverá apresentar, para análise técnica, a documentação exigida para comprovar a habilitação dos profissionais que comporão a escala médica.

14.4.1 deverá ser apresentada a relação nominal dos profissionais que integrarão a equipe, bem como a Declaração de anuência devidamente assinada por cada um dos profissionais listados, conforme modelo constante:

c) Relação Nominal dos Profissionais (Anexo IV) do edital;

d) Declaração de Anuência dos Profissionais (anexo II – TR) e (Anexo V) do edital;

14.5. É obrigatória a apresentação de cópia autenticada do certificado de conclusão de residência médica em Anestesiologia reconhecida pela Comissão Nacional de Residência Médica (CNRM), ou do título de especialista em Anestesiologia reconhecido pela Associação Médica Brasileira (AMB) e registrado no Conselho Regional de Medicina (CRM).

14.6. Todos os profissionais indicados deverão atender aos pré-requisitos técnicos estabelecidos. Aqueles que não cumprirem as exigências serão desconsiderados na análise técnica.

14.7. Os profissionais apresentados para a execução dos serviços contratados deverão possuir carga horária compatível com as exigências de registro no Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES), de forma a viabilizar o correto faturamento dos serviços prestados ao Sistema Único de Saúde (SUS).

14.8. Durante a vigência do contrato, a empresa poderá realizar até 03 (três) substituições de profissionais, devendo apresentar previamente ao fiscal do contrato a documentação técnica necessária para análise de habilitação. Uma vez aprovada, a substituição será incluída no parecer técnico do corpo clínico da empresa.

14.9 na hipótese de o profissional habilitado ainda não possuir inscrição no Conselho Regional de Medicina do Estado do Mato Grosso (CRM-MT), será concedido o prazo de até 90 (noventa) dias para a regularização, conforme estabelece a Resolução CFM nº 1.948, de 10 de junho de 2010.

14.10 Caso a empresa não possua registro no CRM-MT, deverá atender ao disposto na Resolução CFM nº 1.980/2011, que determina, em seu artigo 3º, que empresas privadas prestadoras ou intermediadoras de serviços de assistência à saúde devem se registrar no conselho regional de medicina da jurisdição em que atuarem, conforme previsto nas Leis nº 6.839/80 e nº 9.656/98. O prazo para regularização será de até 30 (trinta) dias.

14.11 DA RESCISÃO CONTRATUAL/EXTINÇÃO:

14.11.1 A inexecução total ou parcial do Contrato ensejará a sua rescisão, conforme disposto nos artigos 83 e 84 da Lei nº 13.303/16;

14.11.2 A rescisão do Contrato poderá ser:



d. Determinada por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos enumerados nos incisos I a III do artigo 83 e 84 da Lei mencionada, notificando-se a(s) CONTRATADA(s) Vencedora(s) com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias;

e. Amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo neste Pregão, desde que haja conveniência para a Administração;

f. Judicial, nos termos da legislação vigente sobre a matéria. A rescisão administrativa ou amigável será **precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente;**

14.11.3 os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

14.11.4 O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, assegurados o contraditório e a ampla defesa e observado os dispostos nos artigos 138 e 139 da mesma Lei.

14.12 DA ALTERAÇÃO:

14.12.1 O presente Contrato poderá ser alterado. As alterações contratuais deverão se dar mediante a celebração de Termo Aditivo, de acordo com a vontade das partes, observadas as disposições previstas na ECSP. Na hipótese de reajustamento do Contrato e demais alterações contratuais que não constituam modificação da essência da avença, e que não alterem cláusulas essenciais à contratação, podem ser formalizadas por simples apostilamento.

15. DO CUSTO ESTIMADO:

15.1 O processo terá o valor estimado global de **R\$ 14.171.187,74 (quatorze milhões, cento e setenta e um mil, cento e oitenta e sete reais e setenta e quatro centavos)** conforme documentos acostados ao processo.

16. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:

16.1 cometem infrações administrativas nos termos da Lei nº 13.303 de 2016, o licitante/adjudicatário que:

“Art. 82. Os contratos devem conter cláusulas com sanções administrativas a serem aplicadas em decorrência de atraso injustificado na execução do contrato, sujeitando o contratado a multa de mora, na forma prevista no instrumento convocatório ou no contrato.

§ 1º A multa a que alude este artigo não impede que a empresa pública ou a sociedade de economia mista rescinda o contrato e aplique as outras sanções previstas nesta Lei.

§ 2º A multa, aplicada após regular processo administrativo, será descontada da garantia do respectivo contratado.

§ 3º Se a multa for de valor superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá o contratado pela sua diferença, a qual será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela empresa pública ou pela sociedade de economia mista ou, ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente”.

“Art. 83. Pela inexecução total ou parcial do contrato a empresa pública ou a sociedade de economia mista poderá, garantida a prévia defesa, aplicar ao contratado as seguintes sanções:

I - advertência;

II - multa, na forma prevista no instrumento convocatório ou no contrato;

III - suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a entidade sancionadora, por prazo não superior a 2 (dois) anos.

§ 1º Se a multa aplicada for superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá o contratado pela sua diferença, que será descontada dos



pagamentos eventualmente devidos pela empresa pública ou pela sociedade de economia mista ou cobrada judicialmente.

§ 2º As sanções previstas nos incisos I e III do caput poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II, devendo a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, ser apresentada no prazo de 10 (dez) dias úteis.

Art. 84. As sanções previstas no inciso III do art. 83 poderão também ser aplicadas às empresas ou aos profissionais que, em razão dos contratos regidos por esta Lei:

- I - tenham sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- II - tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
- III - demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a empresa pública ou a sociedade de economia mista em virtude de atos ilícitos praticados”.

16.1.1 as sanções do item acima também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva, em pregão para registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente.

16.2 considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances.

16.3 no decorrer da contratação, a Contratada que incorrer em atraso injustificado na execução contratual ou inexecução total ou parcial do contrato ficará sujeita às seguintes sanções:

16.3.1. Advertência por faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretarem prejuízos significativos ao objeto da contratação;

16.3.2 Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do licitante;

16.3.3 Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

16.3.4 Rescisão contratual, nos termos da Lei nº 13.303/2016 e das normas e princípios gerais dos contratos.

16.4 A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

16.5 Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR.

16.6 A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

16.7 O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultante de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.



16.8 Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

16.9 A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 12.846/2013;

16.10 A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

16.11 as sanções por atos praticados no decorrer da contratação estão previstas na Minuta do contrato.

17. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS:

17.1 as despesas decorrentes da contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da Empresa Cuiabana de Saúde Pública, **para o exercício de 2025**, na classificação abaixo:

Órgão: 16 – Secretaria Municipal de Saúde

Gestão/Unidade: 501 – Empresa Cuiabana de Saúde Pública

Fonte: 659 – Recursos provenientes da Secretaria Municipal de Saúde de Cuiabá

Programa de Trabalho: 2432 - Ações e Serviços Médico-Hospitalares e Ambulatoriais do HMC
2433 – Ações e Serviços Médico-hospitalares e ambulatoriais do HMSB

Elemento de Despesa: 3.3.90.39 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica.

18. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:

18.1 Da sessão pública do Pregão divulgar-se-á Ata no sistema eletrônico.

18.2 não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

18.3 Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF.

18.4 no julgamento das propostas e da habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

18.5 A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

18.6 as normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

18.7 os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

18.8 na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na ECSP.

18.9 O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.



18.10 em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

18.11 O Edital está disponibilizado, na íntegra, no endereço eletrônico <https://www.bll.org.br/>, e também poderão ser lidos e/ou obtidos no endereço mencionado no preâmbulo desse Edital, nos dias úteis, no horário das 08:00 horas às 17:00 horas, mesmo endereço e período no qual os autos do processo administrativo permanecerão com vista franqueada aos interessados.

18.12 é facultado ao Pregoeiro ou à autoridade competente, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo.

18.12.1 Em se identificando a mera ausência de documento que, apesar de não ter sido juntado ao processo ao tempo da sessão pública, mas que comprovadamente seja preexistente à referida sessão (ou seja, que não seja documento novo, entendendo como documento novo aquele que tenha sido expedido posteriormente à sessão pública ou que veicule fatos posteriores à sessão pública), ficará facultada ao pregoeiro a realização de diligências, a fim de analisar a condição de pré-existência de documento eventualmente faltante, a fim de sanear a etapa de preços ou de habilitação, à luz do princípio do formalismo moderado (Art. 93, IN 02/2023/ECSP).

18.13 A autoridade competente poderá revogar a licitação por razões de interesse público decorrentes de fato superveniente devidamente fundamentado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.

18.14. São partes integrantes desse Termo:

ANEXO I – PROCEDIMENTOS OBRIGATÓRIOS.

ANEXO II – DECLARAÇÃO DE ANUÊNCIA DO MÉDICO.

19. DA DECLARAÇÃO:

19.1. Atesto para os devidos fins que as informações constantes no presente Termo são verificadas, sob penas da lei, e de minha inteira responsabilidade.

Cuiabá, 17 de novembro de 2025.

Responsável (is):

FANAVYA LAUREN DE CASTRO SULZBACHER
DIRETORA TÉCNICA - HMC
EMPRESA CUIABANA DE SAÚDE PÚBLICA

ARTUR JOSÉ ALBERTI NETO
DIRETOR TÉCNICO - HMSB
EMPRESA CUIABANA DE SAÚDE PÚBLICA

De acordo:

JOELSON OBREGÃO MATOSO
DIRETOR TÉCNICO DE GESTÃO
EMPRESA CUIABANA DE SAÚDE PÚBLICA



ISRAEL SILVEIRA PANIAGO

DIRETOR GERAL

EMPRESA CUIABANA DE SAÚDE PÚBLICA

ELABORADORES DO TERMO DE REFERÊNCIA:

ELABORADOR ESTRUTURAL	ELABORADOR TÉCNICO
Nome: Ana Flávia N. Rondon Pereira Matrícula: 4915007 Cargo: Gestor em Controladoria	NOME: Márcia Helena Velezo de Brito Matrícula: 4897154 Cargo/Lotação: Gestor em Controladoria/ECSP/HMC
A elaboração dos descritivos e quantitativos foi elaborada pela equipe técnica da área demandante bem como a qualificação técnica. Cabe ao Setor de Licitação e Contratos da ECSP compilar as informações das demandas conforme o que exige a legislação: Lei 13.303/2016, IN nº 02/ECSP/2023 de 11 de dezembro de 2023.	

ANEXO I – TABELA DOS PROCEDIMENTOS OBRIGATÓRIOS PARA O CÁLCULO DA PRODUTIVIDADE

CÓDIGO E PROCEDIMENTO	REMUNERAÇÃO SIGTAP/SUS
03.01.01.017-0 - CONSULTA/AVALIAÇÃO EM PACIENTE INTERNADO	-
04.17.01.001-0 - ANESTESIA OBSTETRICA P/ CESARIANA	R\$ 61,18
04.17.01.002-8 - ANALGESIA OBSTETRICA P/ PARTO NORMAL	R\$ 48,30
04.17.01.003-6 - ANESTESIA OBSTETRICA P/CESARIANA EM GESTACAO DE ALTO RISCO	R\$ 96,60
04.17.01.004-4 - ANESTESIA GERAL	R\$ 84,00
04.17.01.005-2 - ANESTESIA REGIONAL	R\$ 84,00
04.101.006-0 - SEDAÇÃO	R\$ 15,15

ANEXO II - DECLARAÇÃO DE ANUÊNCIA DO MÉDICO

Empresa Cuiabana de Saúde Pública
Rua Orivaldo M. de Souza, s/n - Ribeirão do Lipa, Cuiabá - MT, 78000-000

DOCUMENTO ASSINADO POR LOGIN E SENHA POR: ISRAEL SILVEIRA PANIAGO (ASSINATURA) EM 04/12/2025 16:08:59

Lei nº 14.063, de 23 de setembro de 2020
VERIFIQUE A AUTENTICIDADE DESTA DOCUMENTO EM <https://cidadao.cuiaba.mt.gov.br/verificacao.aspx> INFORMANDO O CODIGO: 046714D8



DECLARAÇÃO DE ANUÊNCIA Eu, (inserir nome), portador do Documento de Identidade n.º (inserir número) e do CPF N.º (inserir número), residente e domiciliado em (inserir endereço), declaro que estou plenamente ciente e de acordo que participarei do Corpo Clínico apresentado pela empresa (nome do proponente), CNPJ N.º (inserir número), que tem por objeto (inserir objeto da licitação).

Cidade, _____ de _____ de 2025.

(Carimbo CRM, assinatura do médico)

ANEXO II MINUTA TERMO DE CONTRATO

MINUTA DE TERMO DE CONTRATO

EMPRESA CUIABANA DE SAÚDE PÚBLICA - ECSP

CONTRATO N.º 0XX/2025/ECSP

ORIGEM: PREGÃO ELETRÔNICO N.º 0XX/2025.

PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º. 00.0XX.XXX/2025.

A **EMPRESA CUIABANA DE SAÚDE PÚBLICA**, inscrita no CNPJ n. 21.873.611/0001-14, com sede na Rua Orivaldo M. de Souza s/n, CEP 78.048-158- Ribeirão do Lipa, Cuiabá-MT, por intermédio da sua Diretoria Executiva, representada pelos seus diretores: xxxxx, nomeado pelo ato n. xxx, de xxx de xxx de 2025, publicado na Gazeta Municipal de xxx de xxx de 2025, exercendo o cargo de Diretor Técnico de Gestão e, xxxxx, nomeado pelo ato n. xxx, de xxx de xxx de 2025, publicada na Gazeta Municipal em xxx de xxx de 2025, exercendo o cargo de Diretor Geral da Empresa Cuiabana e Saúde Pública – ECSP, doravante **CONTRATANTE**, e de outro lado a Empresa _____, inscrita no CNPJ n. _____, sediada _____, e-mail: _____ neste ato representado pelo(a) _____, Portador do RG nº _____, Inscrição no CPF sob nº _____, residente e domiciliado no Município de _____, doravante **CONTRATADA**, em observância às disposições legais da **Lei n. 13.303 de 2016, IN 02/2023/ECSP, da Lei 8.078 de 1990 e subsidiariamente a Lei 14.133 de 2021**, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do **Pregão Eletrônico n. 00X/2025, Processo Administrativo n. 00.0XX.XXXX/2025**, mediante as cláusulas condições a seguir enunciadas:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA para PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS HOSPITALARES na área de ANESTESIOLOGIA, pelo período de 12 (doze) meses, para atender as necessidades do HOSPITAL MUNICIPAL “DR. LEONY PALMA DE CARVALHO”-HMC e HOSPITAL MUNICIPAL SÃO BENEDITO (HMSB), gerido pela EMPRESA CUIABANA DE SAÚDE PÚBLICA-ECSP, conforme quantitativos e especificações contidas no presente Termo de Referência e seus anexos”.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – DOS DOCUMENTOS INTEGRANTES AO CONTRATO

2.1. Constituem partes integrantes deste contrato, estando a ele vinculadas, como se neste estivessem transcritas, o Edital nº ____/2025.



2.2. Os documentos referidos na presente Cláusula são considerados suficientes para, em complemento a este Contrato, definir a sua intenção e, desta forma, reger sua execução dentro do padrão da técnica atual.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – DO CONTRATO E GARANTIA CONTRATUAL

3.1 O período de vigência do contrato será de 12 (doze) meses contados da data de assinatura do contrato, e por se tratar de serviços a serem executados de forma contínua, poderá ser prorrogada por iguais ou sucessivos períodos com vistas à obtenção de preços e condições mais vantajosas a administração, não excedendo a 5 (cinco) anos (Artigo 71 da Lei nº 13.303/16).

3.2 A Contratada poderá aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, conforme art. 81 § 1º da lei nº 13.303/16.

3.2.1. Nenhum acréscimo ou supressão poderá exceder os limites estabelecidos no item anterior, salvo as supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes.

3.2.2. No caso de alteração do contrato que aumente os encargos da Contratada, a ECSP deverá restabelecer, por aditamento, o equilíbrio-econômico financeiro inicial.

3.3 DA GARANTIA CONTRATUAL:

3.3.1 Para firmar o Contrato, a Empresa Contratada prestará garantia de adimplemento contratual de 3% (três por cento) do valor total do Contrato, no prazo de até 30 (trinta) dias da assinatura do Contrato, **nos moldes do art. 96 da Lei nº 14.133, de 2021 e art. 45 da IN 02/ECSP/2023;**

3.3.2 após término do Contrato, desde que cumpridas todas as obrigações assumidas, a garantia de que trata o item 3.3.1 será liberada e, quando em dinheiro, atualizada monetariamente, no prazo máximo de 30 (trinta) dias a contar do requerimento do interessado, por intermédio do serviço de Protocolo, dirigido ao Diretor Geral da ECSP, que deverá se manifestar quanto à execução contratual;

3.3.3 A liberação se dará mediante autorização do Diretor Geral da ECSP, após parecer jurídico.

3.4. DA SUBCONTRATAÇÃO

3.4.1 é vedada a subcontratação de outra empresa para o fornecimento do objeto da contratação, salvo a devida autorização da ECSP, nos termos do art. 78 da Lei Nº 13.303/2016 e art. 140 da IN 02/ECSP/2023.

3.4.2 não realizar subcontratação dos serviços previstos neste Termo de Referência sem anuência da CONTRATANTE:

a) no caso de subcontratação autorizada pela Contratante, a Contratada continuará a responder direta e exclusivamente pelos serviços e pelas responsabilidades legais e contratuais assumidas;

b) A subcontratação limitar-se-á 30% (trinta por cento) do objeto contratado.

4. CLÁUSULA QUARTA – DAS ESPECIFICAÇÕES, QUANTIDADES E VALORES

4.1. Do quantitativo, especificações e valores:

LOTE 01 - HMC					
Item	Descrição	Unid. de Medida	Qtde Est. total (diárias)	Valor Est. Unit R\$	Valor Est. Anual R\$
01	Serviços médicos hospitalar em anestesiologia para atender demanda do Hospital Municipal de Cuiabá-HMC.	DIÁRIA	365	R\$ ---	R\$ ----



	Conforme resolução CFM nº 2.174/2017				
--	--------------------------------------	--	--	--	--

LOTE 02 - HMSB					
Item	Descrição	Unid. de Medida	Qtde Est. total (diárias)	Valor Est. Unit R\$	Valor Est. Anual R\$
01	Serviços médicos hospitalar em anestesiologia para atender demanda do Hospital Municipal São Benedito-HMSB. Conforme resolução CFM nº 2.174/2017	DIÁRIA	365	R\$ ----	R\$ -----

4.1.1 O processo terá o valor estimado global de R\$ xxxx (xxxx).

5. CLÁUSULA QUINTA – DO LOCAL, HORÁRIO E EXECUÇÃO DO OBJETO:

5.1. DO LOCAL:

5.1.1 os serviços médicos deverão ser executados de forma contínua e integrada nas dependências da Unidade Hospitalar HMC e HMSB, nos seguintes endereços descritos abaixo:

HOSPITAL MUNICIPAL DE CUIABÁ DRº.LEONY PALMA DE CARVALHO – HMC Endereço: Rua Orivaldo M. de Souza – S/Nº - Bairro Ribeirão do Lipa Cuiabá-MT / CEP – 78.048-178.
HOSPITAL MUNICIPAL SÃO BENEDITO – HMSB Endereço: Av. São Sebastião – 3.300 – Bairro Quilombo Cuiabá-MT / CEP – 78.015-808.

5.1.2 A Futura Contratada deverá iniciar a execução dos serviços em no máximo 30 (trinta) dias após assinatura do Contrato, Ordem de Serviço e/ou Empenho.

6. CLÁUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

A empresa contratada obriga-se a:

6.1 apresentar, até o dia 20 de cada mês, à Direção Clínica e Técnica, a escala mensal mínima dos plantonistas para o mês subsequente, com a seguinte distribuição:

- a) 4 médicos anestesiológicos no HMC;
- b) 2 médicos anestesiológicos no HMSB;

6.2 A duração sugerida dos plantões é de 12 horas (das 7h às 19h), sendo permitido ampliar o número de profissionais, conforme necessidade do serviço.

6.3 designar um médico responsável técnico, especialista em anestesiologia, para cada hospital durante toda a vigência contratual.



- 6.4** justificar, nos prontuários dos pacientes, todas as recusas à realização de procedimentos anestésicos, para apreciação da Direção Técnica.
- 6.5** Fornecer alimentação aos profissionais durante o período de serviço.
- 6.6** preencher adequadamente a documentação anestésica, com mínimo de 24 dos 26 itens exigidos, incluindo:
- 6.6.1** Visita Pré-Anestésica: diagnóstico, comorbidades, hábitos (tabagismo/etilismo), alergias, medicações, cirurgia e anestesia propostas, exame físico, exames laboratoriais e medicação pré-anestésica;
- 6.6.2** Boletim de Anestesia: posição do paciente, horários da anestesia e cirurgia, técnicas e fármacos utilizados, sinais vitais, hidratação, sangramento, diurese, cirurgia realizada, complicações, e dados da recuperação pós-anestésica.
- 6.7** acompanhar o transporte do paciente até a UTI, transferindo-o aos cuidados do médico plantonista, quando necessário.
- 6.8** Informar à CONTRATANTE, por escrito, qualquer alteração em sua razão social, quadro societário ou diretoria, apresentando documentação comprobatória no prazo de até 30 dias.
- 6.9** cumprir as diretrizes e princípios do SUS, conforme estabelecido no art. 198 da Constituição Federal e na Política Nacional de Humanização.
- 6.10** manter os prontuários dos pacientes atualizados no sistema eletrônico, com evoluções diárias e documentação necessária ao faturamento.
- 6.11** assegurar a identificação de seus profissionais por meio de crachás com foto, bem como o uso de uniformes nas dependências hospitalares.
- 6.12** assumir total responsabilidade sobre seus profissionais, zelando pela qualidade, eficiência e cumprimento das obrigações contratuais.
- 6.13** corrigir, prontamente, todas as falhas apontadas pela CONTRATANTE na execução dos serviços.
- 6.14.** Recrutar e contratar, sob sua exclusiva responsabilidade, equipe técnica compatível com a demanda, arcando com todas as obrigações legais, trabalhistas, previdenciárias, tributárias e indenizatórias.
- 6.15.** Manter, durante a vigência contratual, todas as condições de habilitação exigidas no processo de contratação.
- 6.16.** Disponibilizar recursos humanos próprios, em número suficiente, para o pleno atendimento das metas e exigências técnicas.
- 6.17.** Cumprir integralmente o objeto contratado conforme especificado no Termo de Solicitação.
- 6.18.** Responder por todos os danos causados à CONTRATANTE ou a terceiros decorrentes da execução do contrato.
- 6.19.** Cumprir fielmente todas as cláusulas contratuais estabelecidas.
- 6.20.** Empregar todo o conhecimento técnico necessário à perfeita execução do objeto contratado.
- 6.21.** Declarar inexistência de vínculo empregatício com a CONTRATANTE, exceto aquele derivado deste contrato.
- 6.22.** Obedecer às normas de segurança do trabalho e aos regimentos internos do HMC e do HMSB.
- 6.23.** Manter canais de comunicação eficazes, com pelo menos um telefone fixo e um celular, para contato direto com o responsável pela supervisão dos serviços.
- 6.24.** Apresentar à CONTRATANTE, antes do início dos serviços, a escala médica composta pelos profissionais habilitados na análise técnica do certame.



- 6.25.** Substituir qualquer profissional no prazo de 24 horas, por razões técnicas ou disciplinares, mediante comunicação prévia à contratante.
- 6.26.** Declarar-se devidamente habilitada, conforme legislação vigente, e destinar apenas profissionais aptos para a execução dos serviços.
- 6.27.** Arcar com todas as despesas necessárias à execução do contrato (pecuniárias, logísticas e operacionais).
- 6.28.** Apresentar mensalmente os comprovantes de pagamento dos profissionais, conforme escala apresentada.
- 6.29.** Assumir integral responsabilidade por prejuízos decorrentes de seus serviços ou da conduta de seus colaboradores.
- 6.30.** Assumir responsabilidade técnica pelos serviços prestados e pelas informações geradas.
- 6.31.** Prestar os serviços contratados a todos os usuários da contratante, conforme objeto do Termo de Solicitação.
- 6.32.** Coibir qualquer conduta ofensiva por parte de seus sócios, diretores ou colaboradores em relação à CONTRATANTE.
- 6.33.** Elaborar relatórios, laudos, emitir AIHs e preencher quaisquer formulários exigidos pela gestão hospitalar ou pelo SUS.
- 6.34.** Não substituir médicos habilitados por residentes ou estagiários nas escalas apresentadas.
- 6.35.** O fornecimento de refeições aos prestadores será de responsabilidade da CONTRATADA, sem ônus à CONTRATANTE, mesmo que sejam adquiridas junto ao fornecedor da CONTRATANTE.
- 6.36.** Cumprir o Código de Ética e as normas administrativas internas da CONTRATANTE.
- 6.37.** Disponibilizar equipe técnica suficiente para cumprimento das metas e das exigências da contratante.
- 6.38.** Manter os serviços regulares e o número mínimo de profissionais, responsabilizando-se por prejuízos decorrentes de sua ausência.
- 6.39.** Responder por todas as obrigações legais, fiscais e trabalhistas, isentando a Administração Pública de qualquer responsabilidade solidária.
- 6.40.** Assumir total responsabilidade por erros administrativos, civis ou penais decorrentes dos serviços prestados.
- 6.41.** Apresentar à CONTRATANTE relação nominal dos profissionais alocados, incluindo substituições, com os respectivos títulos e registros atualizados no CRM.
- 6.42.** Utilizar exclusivamente profissionais habilitados, sendo facultado à CONTRATANTE exigir substituição de profissionais que não atendam às exigências contratuais.
- 6.43.** Informar com no mínimo 5 dias de antecedência qualquer alteração na escala médica, enviando documentação à Unidade de Saúde.
- 6.44.** Substituir de imediato qualquer profissional cuja ausência seja identificada, mantendo a equivalência técnica do substituto.
- 6.45.** Corrigir todas as deficiências apontadas pela CONTRATANTE, sob pena de sanções contratuais.
- 6.46.** Apresentar índice Multiplicador Variável que mensure a qualidade e eficiência dos serviços prestados.
- 6.47.** Executar todos os serviços em conformidade com o edital, seus anexos e o contrato firmado, independentemente de transcrição no corpo contratual.

7. CLÁUSULA SETIMA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE



- 7.1.** Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, conforme as cláusulas do contrato e as condições constantes de sua proposta.
- 7.2.** Acompanhar e fiscalizar a execução dos serviços, por meio de servidor formalmente designado, registrando eventuais falhas em documento próprio, com a devida identificação do dia, mês, ano e, quando aplicável, o nome dos empregados envolvidos, encaminhando tais registros à autoridade competente para adoção das medidas cabíveis.
- 7.3.** Notificar a Contratada, por escrito, sobre a ocorrência de imperfeições, falhas ou irregularidades durante a execução dos serviços, fixando prazo para correção e certificando-se da adequação das soluções propostas.
- 7.4.** Comunicar formalmente à Contratada qualquer irregularidade identificada no objeto fornecido, solicitando a devida substituição, reparo ou correção.
- 7.5.** Efetuar o pagamento dos valores devidos à Contratada, conforme condições e prazos estipulados no Termo de Solicitação.
- 7.6** Abster-se de praticar atos de ingerência na administração interna da Contratada, especialmente:
- 7.6.1** exercer poder de mando sobre os empregados da Contratada, devendo manter contato apenas com os prepostos ou responsáveis por ela designados, salvo nos casos em que a natureza do serviço exigir atendimento direto, como recepção ou apoio ao usuário;
- 7.6.2** interferir na contratação de pessoal pela Contratada.
- 7.7.** Fornecer por escrito todas as informações necessárias ao adequado desenvolvimento dos serviços contratados.
- 7.8.** Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços executados, após seu recebimento.
- 7.9.** Informar ao órgão de representação judicial da ECSP sobre eventuais descumprimentos contratuais por parte da Contratada, para adoção das medidas legais pertinentes.
- 7.10.** Manter arquivados todos os documentos relativos à contratação, tais como projetos, plantas “as built”, especificações técnicas, orçamentos, termos de recebimento, contratos e aditivos, relatórios de inspeções técnicas e notificações emitidas.
- 7.11.** Verificar, no prazo estabelecido, a conformidade dos bens ou serviços recebidos provisoriamente com as especificações contidas no Termo de Solicitação e na proposta apresentada, para fins de aceitação e recebimento definitivo.
- 7.12.** Permitir o acesso dos representantes da Contratada aos locais de execução dos serviços, desde que devidamente identificados, assegurando as condições necessárias para a realização das atividades contratadas.
- 7.13.** Receber o objeto contratado nos prazos e condições estabelecidos no Termo de Referência e seus respectivos anexos.
- 7.14.** Ressaltar que a Administração Pública não se responsabilizará por compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que relacionados à execução deste contrato, nem por danos causados a terceiros por atos da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

8. CLÁUSULA OITAVA – DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO



8.1 serão designados por meio de portaria, os responsáveis abaixo para efetuarem o acompanhamento e eventual fiscalização:

GESTOR DO CONTRATO	Nome: Matrícula: Cargo/Lotação:
FISCAL DE CONTRATO	Nome: Matrícula: Cargo/Lotação:
SUPLENTE DE CONTRATO	Nome: Matrícula: Cargo/Lotação:

8.2 Caberá ao Fiscal, conferir e atestar a Nota Fiscal emitida pela empresa CONTRATADA, encaminhando-a diretamente à **Coordenadoria Administrativa de Transporte - CAT** da Empresa Cuiabana de Saúde Pública, devidamente acompanhada dos documentos e relatório de fiscal.

8.3 A verificação da adequação dos serviços prestados deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Termo.

8.4 A fiscalização do contrato, ao verificar que houve descumprimento das diretrizes de produtividade e qualidade pactuadas, deverá efetuar o registro formal e a glosa de valores como previsto no contrato e comunicar à autoridade responsável para que esta promova o diálogo com a prestadora, de modo a evitar novos agravos ao serviço, sem prejuízo da aplicação de todas penalidades previstas;

8.5 O representante da CONTRATANTE deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais;

8.6 O descumprimento total ou parcial das obrigações e responsabilidades assumidas pela CONTRATADA ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste Termo e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos artigos 82 a 84 da Lei nº 13.303/2016.

8.7 as atividades de gestão e fiscalização da execução contratual devem ser realizadas de forma preventiva, rotineira e sistemática, podendo ser exercidas por servidores, equipe de fiscalização ou único servidor, desde que, no exercício dessas atribuições, fique assegurada a distinção dessas atividades e, em razão do volume de trabalho, não comprometa o desempenho de todas as ações relacionadas à Gestão do Contrato.

8.8 durante a execução do objeto, o fiscal técnico deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer à CONTRATADA a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas.

8.9 O fiscal técnico deverá apresentar ao preposto da CONTRATADA a avaliação da execução do objeto.

8.10 em hipótese alguma, será admitido que a própria CONTRATADA materialize a avaliação de desempenho e qualidade dos serviços prestados, mas somente que a submeta ao fiscal;

8.11 O fiscal técnico poderá realizar avaliação diária, semanal ou mensal, desde que o período escolhido seja suficiente para avaliar ou, se for o caso, aferir o desempenho e qualidade da prestação de serviços.

8.12 A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, AINDA que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da CONTRATANTE ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade com o artigo 76 da Lei nº 13.303/2016.

8.13 O Fiscal poderá a qualquer momento solicitar que a CONTRATADA comprove o pagamento aos prestadores de serviços a este processo.

8.14 O Fiscal do Contrato acompanhará mensalmente as planilhas apresentadas pela contratante referente ao ÍNDICE MULTIPLICADOR VARIÁVEL podendo inclusive, utilizar os referidos índices para fins de glosa da nota fiscal.

9. CLÁUSULA NONA - DA NOTA FISCAL/FATURA E DOCUMENTOS QUE ACOMPANHAM



9.1 A Nota Fiscal/Fatura deverá ser emitida em duas vias somente após o recebimento da Nota de Empenho e deverá conter as seguintes discriminações:

- a) Razão Social;
- b) Número da Nota Fiscal/Fatura;
- c) Data da Emissão;
- d) Nome da Unidade Hospitalar;
- e) Descrição do Serviço;
- f) Plantões realizados, escalas e documentos pertinentes;
- g) Dados Bancários (nome e número do banco, número da agência, número da conta corrente);
- h) Número do Contrato;
- i) Número do Empenho.

9.2 A Nota Fiscal deverá ser protocolada pela CONTRATADA no **PROTOCOLO CENTRAL ADMINISTRATIVO DO HOSPITAL MUNICIPAL DE CUIABÁ – SEDE DA EMPRESA CUIABANA DE SAÚDE PÚBLICA**, com as devidas certidões fiscais vigentes com direcionamento **ao setor da Coordenadoria Administrativa de Transporte - CAT;**

9.3 A data de apresentação da Nota Fiscal será registrada nos autos do processo no sistema informatizado de controle de processo;

9.4 Caso constatado alguma irregularidade na Nota Fiscal, esta será devolvida a contratada para as necessárias correções informado o motivo que motivaram a sua rejeição.

9.5 somente após o recebimento da Nota Fiscal devidamente corrigida é que se iniciará a contagem dos prazos fixados para pagamento à partir da data de sua reapresentação.

9.6 deverá obrigatoriamente fazer acompanhar da Nota Fiscal, todas as certidões de regularidade fiscais, devidamente válidas:

- a) Certidão de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União;
- b) Certidão Negativa de Débito Fiscal (CND), expedida pela Agência Fazendária da Secretaria de Estado de Fazenda do domicílio tributário da Contratada, **observando que no caso do Estado de Mato Grosso, deverá ser específica para participações de licitações públicas;**
- c) Certidão quanto à Dívida Ativa do Município da sede da licitante;
- d) Certificado de Regularidade relativo à Seguridade Social e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviços (FGTS);
- e) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT);

Lista de Inidôneas do TCU;

10. CLÁUSULA DÉCIMA - DO PAGAMENTO

10.1. O pagamento será efetuado em até no máximo 30 (trinta) dia após a apresentação da Nota Fiscal/Fatura;

10.1.1 Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado;

10.2. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura no momento em que o contratante atestar a execução do objeto do contrato.

10.3. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal.

10.4. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à prestação de serviços, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

10.5. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

10.6. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no Termo de Referência.

10.7. Constatando-se, a situação de irregularidade da Fornecedora, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.



10.8. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da Fornecedora, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

10.9. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

10.10. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao órgão fiscal.

10.11. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

10.12. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

10.13. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

EM = I x N x VP, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = \frac{(TX) \times (6 / 100)}{365} \quad I = 0,00016438 \quad TX = \text{Percentual da taxa anual} = 6\%$$

10.14 DA FORMA DE REMUNERAÇÃO PELOS SERVIÇOS PRESTADOS

10.14.1 A contratação dos serviços de anestesiologia será realizada com remuneração baseada no modelo de diária de serviço prestado, e não por procedimento individualizado ou por número de profissionais alocados.

10.14.2. Esse modelo de pagamento foi adotado considerando a natureza contínua, essencial e integrada da anestesiologia dentro do contexto hospitalar, em que a atuação do anestesiológista abrange não apenas o ato anestésico em si, mas também atividades complementares fundamentais, como:

- Avaliação pré-anestésica (obrigatória para procedimentos eletivos);
- Acompanhamento pós-anestésico imediato;
- Participação em procedimentos de urgência/emergência;
- Suporte clínico em intercorrências cirúrgicas;
- Plantões presenciais e sobreavisos.

10.14.3. Dessa forma, a diária corresponderá à prestação integral do serviço de anestesiologia em cada unidade hospitalar durante o período acordado (turno/dia), englobando todos os atendimentos realizados e as obrigações estabelecidas contratualmente, independentemente da quantidade de cirurgias ou profissionais mobilizados.

10.14.4. Esse formato contribui para garantir previsibilidade orçamentária, facilitar o controle e a fiscalização da execução contratual e evitar distorções na distribuição da carga de trabalho. Além disso, incentiva a contratada a organizar suas equipes de forma eficiente, desde que sejam assegurados os parâmetros de qualidade, cobertura e produtividade exigidos.

10.14.5 A adoção da remuneração por diária reforça o compromisso da gestão com um modelo contratual mais transparente, eficiente e alinhado às boas práticas de gestão hospitalar no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS).



10.15 DOS PAGAMENTOS, DOS ACRÉSCIMOS E PENALIDADES EM DECORRÊNCIA DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

10.15.1 O pagamento pela prestação do Serviço Médico Hospitalar, referente à demanda dos Hospitais Municipal de Cuiabá - HMC e Hospital Municipal São Benedito – HMSB, (abrangendo anestesia geral, regional sedação e visita pré-anestésica), será apurado mensalmente e composto por três elementos:

Total = [Valor Pré-fixado (diária x nº de diárias do mês) + Valor Pós-fixado (soma dos valores dos procedimentos executados e devidamente documentados)] x IMV apurado

10.15.2. Pré-fixado:

Este componente corresponde à remuneração pela disponibilidade da equipe médica de anesthesiologists responsável pela realização dos procedimentos.

10.15.2.1. Requisitos para a equipe médica:

- a) O dimensionamento da equipe deve obedecer à legislação vigente, especialmente à Resolução CFM nº 2.174/2017, assegurando cobertura adequada para o atendimento da demanda, tanto adulta quanto pediátrica.
- b) os profissionais devem possuir qualificação compatível com a especialidade de anesthesiologia (RQE ou Certificado de Residência Médica).
- c) Todos os médicos integrantes do corpo clínico devem estar registrados no Conselho Regional de Medicina do Estado de Mato Grosso.
- d) as visitas pré-anestésicas devem ocorrer preferencialmente no dia anterior à cirurgia.
- e) Cirurgias de urgência devem ser atendidas 24 horas por dia, 7 dias por semana, sem exceção. Cirurgias eletivas poderão ter início até as 22h.
- f) A contratação e manutenção de pessoal administrativo de apoio à equipe médica serão de responsabilidade exclusiva da contratada.

10.15.3. Pós-fixado:

Refere-se à remuneração pela produtividade, conforme a execução dos procedimentos obrigatórios indicados na Tabela de Referência (Anexo 1).

10.15.3.1. Critérios de cálculo:

- a) corresponderá à soma dos procedimentos executados e auditados mensalmente.
- b) os valores pagos considerarão os valores da Tabela SIGTAP/SUS, incluindo os valores de Serviço Profissional e Serviço Ambulatorial, quando aplicável.
- c) Procedimentos com valor de R\$ 0,00 na Tabela SIGTAP deverão ser executados e documentados normalmente, para fins de controle e auditoria.
- d) somente serão pagos os procedimentos aprovados pela gestão de contas, com prontuário completo e Autorização de Internação Hospitalar (AIH) devidamente preenchida.
- e) Procedimentos não documentados corretamente ou impassíveis de faturamento não serão pagos.



f) A contratada deverá enviar listagem completa e mensal dos procedimentos executados, a qual será verificada e conferida pelo contratante.

10.15.4 Índice Multiplicador Variável (IMV):

Este índice avalia a qualidade e eficiência da prestação dos serviços, podendo gerar:

- a) Acréscimo percentual (em caso de desempenho superior);
- b) Decréscimo percentual (em caso de não conformidades).

10.15.4.1. Aplicação do IMV:

10.15.4.1.1 O IMV tem valor padrão de 1. Após avaliação mensal conforme critérios estabelecidos, poderá assumir valores acima ou abaixo de 1.

10.15.4.1.2 Esse índice será aplicado sobre a soma dos valores pré-fixado e pós-fixado, no fechamento mensal do pagamento.

Índice Multiplicador Variável

Tipo de Índice	Condição	Valor do Índice
Índice Multiplicador Variável Positivo	Taxa de Complicações Anestésicas Iatrogênicas e Acidentais < 7% no mês de apuração	1,00%
Índice Multiplicador Variável Positivo	Preenchimento perfeito da Documentação de Anestesia (conforme edital) em >95% dos pacientes anestesiados no mês de apuração	1,00%
Índice Multiplicador Variável Negativo	Mais de 5 recusas não justificadas no prontuário para executar procedimentos constantes na tabela de referência no mês de apuração	-2,00%
Índice Multiplicador Variável Negativo	Mais de 5 reclamações na ouvidoria avaliadas e contabilizadas pela Direção Técnica do Hospital no mês de apuração	-2,00%
Índice Multiplicador Variável Negativo	Mais de 5% de cirurgias programadas executadas sem visita pré-anestésica no mês de apuração	-2,00%
Índice Multiplicador Variável Negativo	Mais de 5 ocorrências de demora superior a 15 min. em cirurgias de emergência ou atraso >30 min. em cirurgias programadas por ausência do anestesiológico	-2,00%



Índice Multiplicador Variável Negativo	Mais de 2 ocorrências recebidas na Comissão de Ética Médica dos Hospitais no mês de apuração	-2,00%
--	--	--------

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO REAJUSTE

11.1 É admitido o reajustamento dos preços dos contratos, desde que seja observado o interregno mínimo de 12 (doze) meses e o disposto nos Artigos 25 e 26 do Decreto Federal nº 11.462/2023 e IN 02/2023/ECSP;

11.2 Para o reajustamento dos preços unitários contratados deverá ser observada a legislação vigente, sendo observada atualização monetária entre a data dos adimplementos das obrigações e a do efetivo pagamento;

11.3 Decorrido o prazo estipulado, após solicitação expressa, será aplicado o IPCA;

11.4 O cálculo do índice atualizará os preços conforme a variação dos últimos 12 (doze) meses, tendo por marco inicial a data limite para apresentação da proposta;

11.5 Nos reajustes subsequentes ao primeiro, a anualidade será contada da data do último reajuste;

11.6 O reajuste de preços dependerá da realização de pesquisa de mercado que demonstre a vantajosidade, para a ECSP, das condições e dos preços contratados;

11.7 Os reajustes serão formalizados por meio de apostilamento, exceto quando coincidirem com a prorrogação contratual, em que deverão ser formalizados por aditamento;

11.8 O reajuste não interfere no direito das partes de solicitar, a qualquer momento, a manutenção do equilíbrio econômico do contrato.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA

12.1 As despesas decorrentes da contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da Empresa Cuiabana de Saúde Pública, **para o exercício de 2025**, na classificação abaixo:

Órgão: 16 – Secretaria Municipal de Saúde

Gestão/Unidade: 501 – Empresa Cuiabana de Saúde Pública

Fonte de Recurso: 659 – Demais Recursos Vinculados Destinados a Saúde

Programa de Trabalho: 2432 – Ações de Serviços Médico-Hospitalares do HMC

2433 – Ações de Serviços Médico-Hospitalares do HMSB

Elemento de Despesa: 3.3.90.39 – Outros Serviços de terceiros - Pessoa Jurídica

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

13.1 cometem infrações administrativas nos termos da Lei nº 13.303 de 2016, o licitante/adjudicatário que:

“Art. 82. Os contratos devem conter cláusulas com sanções administrativas a serem aplicadas em decorrência de atraso injustificado na execução do contrato, sujeitando o contratado a multa de mora, na forma prevista no instrumento convocatório ou no contrato.

§ 1º A multa a que alude este artigo não impede que a empresa pública ou a sociedade de economia mista rescinda o contrato e aplique as outras sanções previstas nesta Lei.

§ 2º A multa, aplicada após regular processo administrativo, será descontada da garantia do respectivo contratado.

§ 3º Se a multa for de valor superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá o contratado pela sua diferença, a qual será descontada dos



pagamentos eventualmente devidos pela empresa pública ou pela sociedade de economia mista ou, ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente”.

“Art. 83. Pela inexecução total ou parcial do contrato a empresa pública ou a sociedade de economia mista poderá, garantida a prévia defesa, aplicar ao contratado as seguintes sanções:

I - advertência;

II - multa, na forma prevista no instrumento convocatório ou no contrato;

III - suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a entidade sancionadora, por prazo não superior a 2 (dois) anos.

§ 1º Se a multa aplicada for superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá o contratado pela sua diferença, que será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela empresa pública ou pela sociedade de economia mista ou cobrada judicialmente.

§ 2º As sanções previstas nos incisos I e III do caput poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II, devendo a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, ser apresentada no prazo de 10 (dez) dias úteis.

Art. 84. As sanções previstas no inciso III do art. 83 poderão também ser aplicadas às empresas ou aos profissionais que, em razão dos contratos regidos por esta Lei:

I - tenham sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

II - tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

III - demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a empresa pública ou a sociedade de economia mista em virtude de atos ilícitos praticados”.

13.1.1 as sanções do item acima também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva, em pregão para registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente.

13.2 considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances.

13.3 no decorrer da contratação, a Contratada que incorrer em atraso injustificado na execução contratual ou inexecução total ou parcial do contrato ficará sujeita às seguintes sanções:

13.3.1. Advertência por faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretarem prejuízos significativos ao objeto da contratação;

13.3.2 Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do licitante;

13.3.3 Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

13.3.4 Rescisão contratual, nos termos da Lei nº 13.303/2016 e das normas e princípios gerais dos contratos.

13.4 A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

13.5 Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser



remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR.

13.6 A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

13.7 O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultante de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

13.8 Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

13.9 A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 12.846/2013;

13.10 A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

13.11 as sanções por atos praticados no decorrer da contratação estão previstas na Minuta do contrato.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA RESCISÃO

14.1. Constituem motivo para rescisão do contrato, por sua inexecução total ou parcial, desde que de maneira motivada, os seguintes casos:

I - de forma unilateral, após decisão transitada em julgado em processo administrativo onde será garantida a ampla defesa e o contraditório, sendo assegurados eventuais direitos ao contratado;

II - por acordo entre as partes, desde que conveniente a ambos e não gere prejuízo à ECSP;

III - por determinação judicial.

Parágrafo único: Constituem motivos para a rescisão contratual, de forma unilateral, dentre outros:

I – o não cumprimento, total ou parcial, das especificações referentes à execução contratual, ou o seu cumprimento irregular;

II – a desobediência dos prazos de execução, inclusive os referentes ao seu início; I

II – a suspensão da execução contratual sem justa causa e prévia comunicação por parte da Contratada;

IV – nas situações que tornam a relação contratual inviável ou indesejável, desde que resultantes de caso fortuito ou força maior, regularmente demonstrado em processo administrativo;

V – Subcontratação, cessão ou transferência do objeto contratual não admitidos no edital ou no contrato;

VI – dissolução da sociedade ou falecimento do contratado, bem como decretação de falência ou instauração da insolvência civil da Contratada;

VII – alteração social ou modificação da finalidade ou estrutura da empresa, desde que, a nova situação prejudique a execução contratual;

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DAS VEDAÇÕES

15.1 É vedado à CONTRATADA interromper a execução dos serviços sob alegação de inadimplemento por parte da CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DOS CASOS OMISSOS E DA PUBLICAÇÃO



16.1 A CONTRATANTE providenciará a publicação deste Contrato, por extrato, no Diário Eletrônico do Tribunal de Contas no endereço eletrônico <http://www.tce.mt.gov.br/> em até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura para ocorrer no prazo máximo de vinte dias, daquela data.

16.2 Fica estabelecido que, caso venha ocorrer algum fato não previsto neste instrumento, os chamados casos omissos, estes deverão ser resolvidos entre as partes contratantes, respeitados o objeto deste instrumento, a legislação e as demais normas reguladoras da matéria, em especial a Lei nº 13.303/2016, os princípios da Teoria Geral dos Contratos e as disposições do Direito Privado.

17 CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

17.1 A Contratante e o contratado devem observar e fazer observar, por seus fornecedores, o mais alto padrão de ética durante todo o período de vigência do contrato e de execução do objeto contratual.

17.2 O contratante, garantida a prévia defesa, aplicará as sanções administrativas pertinentes, previstas na Lei 13.303/2016, se comprovar o envolvimento de representante da empresa ou da pessoa física contratada em práticas corruptas, fraudulentas, conluídas ou coercitivas, no decorrer da licitação ou na execução do contrato financiado por organismo financeiro multilateral, sem prejuízo das demais medidas administrativas, criminais e cíveis.

17.3 A Contratada assume todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e o Hospital Municipal de Cuiabá/ECSP não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado.

17.4 A Contratada é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação. A falsidade de qualquer documento ou a inverdade das informações nele contidas implicará na rescisão do contrato e do pedido de compra, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

17.5 É vedado caucionar ou utilizar o contrato decorrente do presente instrumento para qualquer operação financeira, sem prévia e expressa autorização da Contratante.

18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DO FORO

18.1 As Controvérsias decorrente deste contrato serão dirimidas no foro da Justiça Estadual de Mato Grosso, Comarca de Cuiabá, com renúncia de qualquer outro.

E assim, por estarem às partes justas e contratadas, foi lavrado o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma que, lido e achado conforme pelas PARTES, vai por elas assinado para que produza todos os efeitos de direito, na presença das testemunhas abaixo identificadas:

Cuiabá – MT, xxx de xxxx de 2025.

Representante legal da CONTRATANTE

Representante legal da CONTRATADA



ANEXO I – TABELA DOS PROCEDIMENTOS OBRIGATÓRIOS PARA O CÁLCULO DA PRODUTIVIDADE

CÓDIGO E PROCEDIMENTO	REMUNERAÇÃO SIGTAP/SUS
03.01.01.017-0 - CONSULTA/AVALIAÇÃO EM PACIENTE INTERNADO	-
04.17.01.001-0 - ANESTESIA OBSTETRICA P/ CESARIANA	R\$ 61,18
04.17.01.002-8 - ANALGESIA OBSTETRICA P/ PARTO NORMAL	R\$ 48,30
04.17.01.003-6 - ANESTESIA OBSTETRICA P/CESARIANA EM GESTACAO DE ALTO RISCO	R\$ 96,60
04.17.01.004-4 - ANESTESIA GERAL	R\$ 84,00
04.17.01.005-2 - ANESTESIA REGIONAL	R\$ 84,00
04.101.006-0 - SEDAÇÃO	R\$ 15,15

ANEXO II DO CONTRATO – MAPA DE RISCOS

RISCO 01			
LICITAÇÃO DESERTA OU FRACASSADA			
PROBABILIDADE	() BAIXA	(X) MÉDIA	() ALTA
IMPACTO	() BAIXA	() MÉDIA	(X) ALTA
ORIGEM	(X) INTERNA	() EXTERNA	
DIMENSÃO	() ESTRATÉGICA	(X) OPERACIONAL	
REPERCUSSÃO	() ESCOPO	() CUSTOS	(X) TEMPO
FASE IMPACTADA	() FASE PREPARATÓRIA	(X) SELEÇÃO DO FORNECEDOR	() GESTÃO DO CONTRATO
DANO			
A INDISPONIBILIDADE DO SERVIÇO PODERÁ COMPROMETER A ASSISTÊNCIA AOS PACIENTES			
AÇÃO PREVENTIVA			RESPONSÁVEL



ELABORAÇÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA CONTENDO AS ESPECIFICAÇÕES DO OBJETO DE FORMA PRECISA, SUFICIENTE E CLARA, VEDADAS AS ESPECIFICAÇÕES QUE, POR EXCESSIVAS, IRRELEVANTES OU DESNECESSÁRIAS LIMITEM A COMPETIÇÃO DE FORNECEDORES DIVULGAR AMPLAMENTE A LICITAÇÃO	COORDENAÇÃO DE LICITAÇÃO
AÇÃO DE CONTINGÊNCIA	RESPONSÁVEL
AMPLIAR A DIVULGAÇÃO DO EDITAL/ IMPACTO DA INDISPONIBILIDADE DO SERVIÇO	PREGOEIRO

RISCO 02			
PESQUISA NÃO VANTAJOSA NO CURSO DA VIGÊNCIA DA ARP/ CONTRATO			
PROBABILIDADE	() BAIXA	(X) MÉDIA	() ALTA
IMPACTO	() BAIXA	() MÉDIA	(X) ALTA
ORIGEM	(X) INTERNA	() EXTERNA	
DIMENSÃO	() ESTRATÉGICA	(X) OPERACIONAL	
REPERCUSSÃO	() ESCOPO	(X) CUSTOS	() TEMPO
FASE IMPACTADA	() FASE PREPARATÓRIA	() SELEÇÃO DO FORNECEDOR	(X) GESTÃO DO CONTRATO
DANO			
PREJUÍZO AO ERÁRIO			
AÇÃO PREVENTIVA			RESPONSÁVEL
REALIZAR PESQUISA DE PREÇOS COM ANTECEDÊNCIA PARA ANÁLISE DA VANTAJOSIDADE			SETOR DE COTAÇÃO
AÇÃO DE CONTINGÊNCIA			RESPONSÁVEL
NEGOCIAR JUNTO À CONTRATADA, PREÇOS MAIS VANTAJOSOS. NÃO SENDO POSSÍVEL, ABERTURA DE NOVO PROCESSO LICITATÓRIO			CONTRATOS

RISCO 03			
EXECUÇÃO EM DESACORDO COM A ARP / CONTRATO			
PROBABILIDADE	() BAIXA	(X) MÉDIA	() ALTA
IMPACTO	() BAIXA	() MÉDIA	(X) ALTA
ORIGEM	() INTERNA	(X) EXTERNA	
DIMENSÃO	() ESTRATÉGICA	(X) OPERACIONAL	
REPERCUSSÃO	(X) ESCOPO	() CUSTOS	() TEMPO
FASE IMPACTADA	() FASE PREPARATÓRIA	() SELEÇÃO DO FORNECEDOR	(X) GESTÃO DO CONTRATO
DANO			
COMPROMETIMENTO NA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS CONTRATADOS			
AÇÃO PREVENTIVA			RESPONSÁVEL
NOTIFICAR E SOLICITAR A RESOLUÇÃO IMEDIATA			COMISSÃO FISCALIZADORA
AÇÃO DE CONTINGÊNCIA			RESPONSÁVEL
APLICAR SANÇÕES PREVISTAS NA ARP/ CONTRATO			CONTRATOS

RISCO 04



DESINTERESSE DA CONTRATADA NA PRORROGAÇÃO DO CONTRATO			
PROBABILIDADE	<input checked="" type="checkbox"/> BAIXA	<input type="checkbox"/> MÉDIA	<input type="checkbox"/> ALTA
IMPACTO	<input type="checkbox"/> BAIXA	<input type="checkbox"/> MÉDIA	<input checked="" type="checkbox"/> ALTA
ORIGEM	<input type="checkbox"/> INTERNA	<input checked="" type="checkbox"/> EXTERNA	
DIMENSÃO	<input type="checkbox"/> ESTRATÉGICA	<input checked="" type="checkbox"/> OPERACIONAL	
REPERCUSSÃO	<input checked="" type="checkbox"/> ESCOPO	<input type="checkbox"/> CUSTOS	<input type="checkbox"/> TEMPO
FASE IMPACTADA	<input type="checkbox"/> FASE PREPARATÓRIA	<input type="checkbox"/> SELEÇÃO DO FORNECEDOR	<input checked="" type="checkbox"/> GESTÃO DO CONTRATO
DANO			
A INDISPONIBILIDADE DO SERVIÇO PODERÁ OCASIONAR DESCONTINUIDADE NA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS CONTRATADOS			
AÇÃO PREVENTIVA		RESPONSÁVEL	
INICIAR PROCEDIMENTOS PARA PRORROGAÇÃO DA VIGÊNCIA DO CONTRATO COM ANTECEDÊNCIA MÍNIMA DE 180 DIAS		CONTRATOS	
AÇÃO DE CONTINGÊNCIA		RESPONSÁVEL	
INICIAR PROCEDIMENTOS PARA NOVA CONTRATAÇÃO NO CASO DE NEGATIVA DA CONTRATADA PARA PRORROGAÇÃO		SETOR DEMANDANTE	



ANEXO III**MODELO DE PROPOSTA**

Processo Administrativo n. _____

Pregão Eletrônico n. _____

Objeto: _____

Data da Sessão: _____

A empresa: _____, devidamente inscrita no CNPJ n. _____, com sede na _____, por meio do seu representante legal, infra-assinado, apresenta a seguinte proposta comercial, conforme especificações abaixo:

Item	Descrição	Unidade	Estimativa Mensal (diária)	Valor Unit	Valor Mensal	Valor anual		
01	xxxxxxxx	Diária (HMC	Até 31					

1) Declaro para os devidos fins que estão inclusas na proposta todos os custos e despesas, tais como: custos diretos e indiretos, tributos incidentes, taxa de administração, serviços, encargos sociais, trabalhistas, lucro, frete, garantia, embalagem, transporte, armazenagem, tarifas, deslocamento de pessoal, lucro, seguro para entrega do bem no local indicado, impostos e outros necessários ao cumprimento integral do objeto deste Edital e seus Anexos, não sendo admitido pleito posterior em decorrência da exclusão de quaisquer despesas incorridas.

2) A proposta apresentada para participar desta licitação foi elaborada de maneira independente e o seu conteúdo não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer outro participante potencial ou de fato desta licitação, por qualquer meio ou por qualquer pessoa.

Validade da Proposta: _____

Prazo de entrega: _____

Cuiabá-MT, XX de XXXX de 2025

Assinatura do Representante Legal

Nome: _____ RG _____ CPF: _____



ANEXO IV – MODELO DE RELAÇÃO DOS PROFISSIONAIS

EMPRESA:	CNPJ:
Profissionais	CRM

Nome da Empresa/CNPJ
Nome do representante da Empresa
RG/CPF



ANEXO V – MODELO DE DECLARAÇÃO DE ANUÊNCIA DOS PROFISSIONAIS**DECLARAÇÃO DE ANUÊNCIA**

Eu, (inserir o nome), portador do Documento de Identidade nº (inserir número) e do CPF Nº (inserir número), residente e domiciliado em (inserir endereço), declaro que estou plenamente ciente e de acordo que participarei do Corpo Clínico, apresentado pela empresa (nome do proponente), CNPJ Nº (inserir número) que tem por objeto contratação de pessoa jurídica para **XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX**

Local, ____ de ____ de 2025

(CARIMBO CRM, assinatura do médico)



ANEXO VI
MODELO DE ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA
(PAPEL TIMBRADO DO EMITENTE DO ATESTADO)

A empresa _____, CNPJ/MF nº _____, Inscrição Estadual Nº. _____ estabelecida na rua e/ou avenida _____ nº. _____, Telefone: _____, atesta para os devidos fins que a Empresa _____, com sede na _____, fornece/forneceu o objeto desta licitação, abaixo relacionados, sendo cumpridora dos prazos e termos firmados na contratação, não havendo contra o mesmo nenhum registro que a desabone.

01. _____;
02. _____;
03. _____.

Cidade/MT, ____ de _____ de 2025.

Representante Legal da Empresa emitente desse atestado e sua assinatura
RG e CPF/MF:



ANEXO VII

REQUERIMENTO DE BENEFÍCIO DO TRATAMENTO DIFERENCIADO E DECLARAÇÃO PARA MICROEMPRESAS E
EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

(PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA)

Eu, _____, portador(a) da Carteira de Identidade R.G. nº. _____
SSP/_____ e inscrito no CPF/MF nº _____, representante da empresa
_____, CNPJ/MF nº. _____, solicitamos na condição de
MICROEMPRESA/EMPRESA DE PEQUENO PORTE, quando da sua participação na licitação, modalidade **PREGÃO
ELETRÔNICO/REGISTRO DE PREÇOS Nº. ____/2024** seja dado o tratamento diferenciado concedido a essas
empresas com base nos artigos 42 a 49 e seguintes da **Lei Complementar n.º 123/2006 e artigo 31 e seguintes da
Lei Complementar Municipal nº 192/2009 de 05 de outubro de 2009.**

**Declaramos ainda, que não existe qualquer impedimento entre os previstos nos incisos do §4º do artigo 3º da Lei
Complementar Federal nº 123/2006 que impeçam a participação neste certame.**

Declaramos também que:

() somos optante do simples nacional.

() NÃO somos optante do simples nacional.

Como prova da referida condição, apresentamos em documento anexo, **CERTIDÃO emitida pela Junta Comercial
para comprovação da condição de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte na forma do art. 8º da Instrução
Normativa nº. 103/2007 do Departamento Nacional de Registro do Comércio - DNRC.**

Cidade/MT, ____ de _____ de 2025.

Assinatura do representante legal sob carimbo

RG:

CPF:

CNPJ/MF da empresa



ANEXO VIII – VISTORIA TÉCNICA

OBJETO : “CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA para PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS HOSPITALARES na área de **ANESTESIOLOGIA**, pelo período de 12 (doze) meses, para atender as unidades hospitalares: HOSPITAL MUNICIPAL DE CUIABÁ (HMC) e HOSPITAL MUNICIPAL SÃO BENEDITO (HMSB), conforme quantitativos e especificações contidas no presente Termo de Referência e seus anexos”.

Declaramos, para fins de atendimento ao Pregão Eletrônico nº ____/2025, que a Empresa _____, situada na _____, cidade ____/____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, por seu representante legal abaixo assinado, vistoriou os locais onde serão realizados a prestação de serviços constatando as condições e peculiaridades inerentes à natureza dos trabalhos, recebendo as informações técnicas pertinentes, para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.

Local,dede 2025.

Nome da Empresa/CNPJ

Nome do representante da Empresa

RG/CPF

EMPRESA CUIABANA DE SAÚDE PÚBLICA



ANEXO IX – DECLARAÇÃO DE ABSTENÇÃO DE VISTORIA TÉCNICA

OBJETO: “CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA para PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS HOSPITALARES na área de **ANESTESIOLOGIA**, pelo período de 12 (doze) meses, para atender as unidades hospitalares: HOSPITAL MUNICIPAL DE CUIABÁ (HMC) e HOSPITAL MUNICIPAL SÃO BENEDITO (HMSB), conforme quantitativos e especificações contidas no presente Termo de Referência e seus anexos”.

Declaramos para todos os efeitos legais que temos pleno conhecimento dos trabalhos a serem realizados, bem como, conhecemos todos os documentos e exigências inerente a execução do Objeto, bem como conhecemos os locais da prestação de serviços, deste certame e nos responsabilizamos pelo fato de não termos vistoriado os locais, tendo totais condições para realizar a efetiva execução dos serviços descritos no objeto do Edital do Pregão Eletrônico nº ____/2025, sem prejuízos algum na sua efetiva execução, portanto, não nos utilizaremos destes argumentos para quaisquer questionamentos futuros que ensejem avenças técnicas ou financeiras.

Local,dede 2025.

Nome da Empresa/CNPJ

Nome do representante da Empresa RG/CPF



ANEXO X**MODELO DE DECLARAÇÃO (EMPREGADOR PESSOA JURÍDICA)**

(PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA)

A**EMPRESA CUIABANA DE SAÚDE PÚBLICA****Ref: PREGÃO ELETRÔNICO/REGISTRO DE PREÇOS Nº. _____****TIPO: MENOR PREÇO**

_____, (Nome da Empresa) CNPJ Nº. _____, sediada na _____, nº. __, bairro, _____, CEP _____, Município/Estado _____, por seu representante legal abaixo assinado, em cumprimento ao solicitado no Edital da presente licitação, **DECLARA**, sob as penas da lei, que:

- Está ciente da obrigatoriedade de declarar a superveniência de fatos impeditivos da habilitação, na forma da Lei 13.303/16;
- Não possuir em seu quadro de pessoal empregado(s) com menos de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, e menores de 16 (dezesesseis) anos, em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, nos termos do inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal e inciso V, art. 27, da Lei 13.303/2016, com redação determinada pela Lei nº. 9.854/1999.
- Declara que não existe em seu quadro de empregados, servidores públicos ou dirigente do Município de Cuiabá, exercendo funções de gerência, administração ou tomada de decisão.
- Declara que não se encontra sob falência, recuperação judicial, concurso de credores, dissoluções ou liquidações.
- Declara conhecer os termos do instrumento convocatório que rege a licitação bem como demais anexos que o integram.
- Declara que cumpre os requisitos para a habilitação definidos no Edital e que a proposta apresentada está em conformidade com as exigências editalícias;
- Declara que não possui, em sua cadeia produtiva, empregado(s) executando trabalho degradante ou forçado e que os serviços são prestados por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação.

Cidade/MT, ____ de _____ de 2025.

Assinatura do representante legal sob carimbo**RG:****CPF/MF:****CNPJ/MF da empresa**

ANEXO XI – DOCUMENTOS DE VERIFICAÇÃO DE PRODUTIVIDADE**PRODUTIVIDADE**

Mês de Competência: _____

Item	Procedimentos Realizados	
01	Estimado em Contrato	Realizado
	XXXXXXX	XXXXXXX

Item	ESPECIALIDADE	CRM
01	*****	*****
02	*****	*****
03	*****	*****

*Este relatório deverá ser acompanhado com a relação dos usuários atendidos contendo o nome, dia, horário ou qualquer outra informação necessária para fiscalização e comprovação dos serviços realizados.

Cuiabá, xx de xxxxx de 2025

Responsável Técnico da Contratada

Fiscal de Contrato da ECSP

